

Moitará

Revista Eletrônica da Fundação Araporã

A FUNÇÃO SOCIAL DOS MUSEUS



Artigos





MOITARA

REVISTA ELETRÔNICA DA FUNDAÇÃO ARAPORÃ

ISSN 2248-0355 | ARARAQUARA | N.10 | V.11 | 88 p. | Janeiro-Dezembro | 2023

Moitará é um revista desenvolvida pela Fundação Araporã para a divulgação e troca de conhecimentos sobre Educação, Patrimônio Cultural, Arqueologia, Relações Étnico-raciais, Histórias e Culturas Indígenas.

Editores

Robson Rodrigues
Ângela Cristina Ribeiro Caires
Josiane Kunzler

Rosana Aparecida da Silva
Sílvia Maria Schumiziger de Carvalho
Sílvia Regina Paes
Solange Nunes Oliveira Schiavetto
Suselaine Zaniolo Mascioli

Comissão Editorial Executiva

Ângela Cristina Ribeiro Caires
Josiane Kunzler
Nimion Suzel Pinheiro
Robson Antonio Rodrigues

Assistente Editorial

Maria Laura Scarpa
Natália Carvalho de Oliveira Checci

Comissão Técnica

Carla Verônica Pequini (Diagramação)
Maria Tereza Carvalho (Revisão)

Conselho Editorial

Alessandra Aparecida Vieira
Angela Cristina Ribeiro Caires
Camila Azevedo de Moraes Whichers
Dulcelaine Lúcia Lopes Nishikawa
Edmundo Antonio Peggion
Fábio Grossi dos Santos
Fabiola Andrea da Silva
Gasiela Lima
Grazielle Açcolini
Josiane Kunzler
Liana Maria Sílvia Trindade
Marcel Mano
Mariano Marcos Terena
Marisa Coutinho Afonso
Marivaldo Aparecido de Carvalho
Natália Carvalho de Oliveira Checci
Natália Morato Fernandes
Nimion Suzel Pinheiro
Pedro Paulo Funari
Raphael Rodrigues
Renate Brigitte Viertler

Contato

Endereço Postal
Fundação Araporã
Avenida Antônio Alves Araújo, 820
Parque Igaçaba - CEP: 14.804-394
Araraquara/SP
Fone: (016) 99702 6645
CEP: 14.804-408

E-mail

revistamoitara@gmail.com

Site

www.fundacaoarapora.org.br

ISSN

2448-0355

Fundação

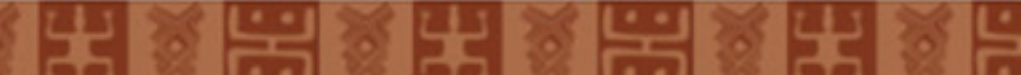
ARAPORÃ

EDITORIAL

Chegamos ao último número da série especial da Moitará que busca divulgar o trabalho científico e técnico da Fundação Araporã e colaboradores. Já acompanhamos, em duas partes, as análises e reflexões do GEERERI (Grupo de Estudos Educação e Relações Étnico-raciais na Temática Indígena) sobre o ensino de histórias e culturas indígenas a partir das ações do próprio grupo (v.5, n.4 e v.6, n.5). Em seguida, três números trouxeram discussões do GEP (Grupo de Educação Patrimonial) sobre sua práxis, articulando memória e educação indígena, ofício da cerâmica e patrimônio cultural (v.7, n.6; v.8, n.7 e v.9, n.8). Por último, o GEA (Grupo de Estudos Arqueológicos) coloca em um único número trabalhos relevantes para se pensar a Arqueologia Brasileira e suas conexões (v.10, n.9).

Agora é o GEMP (Grupo de Estudos em Museologia e Patrimônio) que pauta a nova edição da Moitará. O mais novo dos quatro grupos de trabalho da Fundação Araporã foi criado em 2018, consolidando um conjunto de ações que tinha a Museologia como ciência aplicada ao trabalho que vinha sendo realizado com os patrimônios arqueológico, paleontológico e histórico, especialmente de Araraquara/SP. Embora ele estivesse diretamente ligado às atividades do GEA, identificou-se uma organização teórico-metodológica madura e autônoma que deveria seguir de forma independente, propondo projetos específicos ao campo museal.

A Museologia é muito recente quando comparada à Arqueologia, à Paleontologia e à História. Mas ao longo das últimas décadas, seu desenvolvimento foi crucial para a construção de conhecimento sobre o fenômeno que ocorre entre sociedade e patrimônio em um contexto territorial e temporalmente definido, para o aperfeiçoamento de práticas desde a aquisição de acervo, passando pela preservação (documentação e conservação), comunicação e educação, com vistas à formação integral dos cidadãos no impulsionamento de políticas públicas para os museus e o patrimônio brasileiro e mundial; e para a formação de novas redes de profissionais e instituições, entre outros.



Embora nova, experimentou mudanças importantes que podem ser aqui destacadas. A Museologia hoje é compreendida e exercida não só como trabalho prático, mas também científico. Como tal, conduziu uma mudança de foco dos objetos para as pessoas e tem provocado os museus e seus profissionais a reconfigurarem suas práticas e o lugar político que ocupam, compreendendo que essas instituições e processos² têm um papel importante na propulsão de transformações sociais demandadas pelas sociedades, diante da realidade dos territórios nos quais estão inseridos.

Como reflexo dessa atuação sintonizada, a recente reformulação da definição de museu proposta pela comunidade museológica internacional buscou enfatizar aspectos nunca antes considerados, como acessibilidade, inclusão, diversidade, sustentabilidade, participação e compartilhamento de conhecimentos, conforme pode ser visto a seguir.

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos (ICOM, 2022)².

A Fundação Araporã tem trabalhado desde cedo com instituições e processos dos territórios onde atua, buscando uma perspectiva que vai ao encontro da nova definição. Foram inúmeros projetos que deram dinâmica aos processos museológicos em Araraquara, especialmente no Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara (MAPA)

² No Brasil, o Estatuto de Museus enquadra como museus "as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades" (BRASIL, 2009).

² A definição original, em inglês, pode ser encontrada na página oficial do Conselho Internacional de Museus (ICOM), no link <<https://icom.museum/en/resources/standards-guidelines/museum-definition/>>.

e Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria. E não para por aí. O Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre (Tupã, SP), o Museu Histórico de Lins (Lins, SP) e o Museu de História e Folclore “Maria Olímpia” (Olímpia, SP).

Agora, com o objetivo de contribuir com as discussões dessa área, a partir de seu universo, a Fundação Araporã e o GEMP apresentam este número da Revista Moitará com cinco (5) artigos que versam, de diferentes formas, sobre a função social dos museus. Um (1) deles coloca a educação como ponto central dessa função; dois (2) trazem reflexões a partir de trabalhos junto a museus do interior paulista, com destaque para questões indígenas, enquanto os dois (2) últimos discutem processos de institucionalização de museus em contexto universitário, em Minas Gerais e em Santa Catarina, respectivamente.

Esperamos que os trabalhos aqui reunidos possam ser fontes de importantes discussões sobre a práxis museológica.

Boa leitura!

Robson Antonio Rodrigues
Angela Cristina Ribeiro Caires
Josiane Kunzler
editores

Fundação

ARAPORÃ

MOITARÁ - REVISTA ELETRÔNICA DA FUNDAÇÃO ARAPORÁ - V. 11, N. 10 (2023)

Edição Grupo de Estudos
A FUNÇÃO SOCIAL DOS MUSEUS

SUMÁRIO

Editorial

Robson Rodrigues
Angela Cristina Ribeiro Caires
Josiane Kunzler

Apresentação

Josiane Kunzler

SEÇÃO 1 - ARTIGOS

AS IDENTIDADES ÉTNICO-RACIAIS NO MUSEU E AS POSSIBILIDADES DE TRANSFORMAÇÃO PELA EDUCAÇÃO

Breno de Oliveira Conde

QUESTÕES INDÍGENAS E MUSEUS EM SÃO PAULO: Reflexões Acerca de Práticas Colaborativas em Museus Convencionais

Leticia Ribeiro Ferreira da Silva

CADÊ O MUSEU QUE ESTAVA AQUI? Um Relato sobre a Vivência, as Perspectivas Colaborativas e a Comunicação Entre o Museu Municipal de Arqueologia de Monte Alto/SP e a Estrutura Universitária.

João Vítor Marcon Camargo

ACERVOS ARQUEOLÓGICOS E MEMÓRIAS NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO MUSEU DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – MANA/UFU

Robson Rodrigues, Aurelino José Ferreira Filho e Marcel Mano

O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CENTRO ARQUEOLÓGICO DA UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA

Marina da Fonseca Lopes

APRESENTAÇÃO

Durante a Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, a função social dos museus foi preconizada na concepção de um museu integral que estivesse ligado às reais demandas da sociedade e do território, diante do contexto de grandes mudanças na América Latina, fossem elas políticas, econômicas ou culturais. Tal evento é tomado como um marco na história da Museologia e, mais de 50 anos depois, permanece como importante referência de valores e desafios que devem pautar o campo museal.

Hoje, já na terceira década do século XXI, novos (velhos) desafios colocam a função social dos museus em pauta. Neste número, contamos com a participação de membros do GEMP e do GEA, assim como de colaboradores convidados, para abordarmos alguns tópicos que permeiam a prática e a produção acadêmica da Fundação Araporã junto às instituições e processos museológicos.

No primeiro texto, Breno de Oliveira Conde, mestrando em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista e servidor da prefeitura de Araraquara, com atuação nos museus municipais, pergunta "como o museu pode exercer funções educativas antirracistas de modo a romper com as suas funções tradicionais de celebração da memória e do poder da branquitude?" O texto **As Identidades Étnico-raciais no Museu e as Possibilidades de Transformação pela Educação** propõe pensarmos a educação como ferramenta para ampliar a função social dos museus. Segundo o autor, "[r]econhecer a educação como elemento essencial nas atividades do museu envolve observar essa instituição com o potencial de realizar análises críticas de questões culturais e sociais". Entendendo que os museus são produtos arquitetados pela "branquitude", como lugar de representações privilegiadas, em que a memória e cultura afro-brasileira e indígena são "coisificadas", Conde defende que "o museu enquanto espaço educacional deve ser uma ferramenta reflexiva e antirracista" que valorize "as memórias, as identidades e a história da população afro-brasileira e indígena".

Na sequência, Leticia Ribeiro Ferreira da Silva, integrante dos quatro grupos da Fundação Araporã (GEERERI, GEA, GEP e GEMP) e doutoranda em Arqueologia no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), nos convida a refletir sobre um movimento dos povos indígenas, que tem demandado dos museus novos modos de se colocar como instituições que salvaguardam e comunicam o patrimônio desses grupos. No artigo **QUESTÕES INDÍGENAS E MUSEUS EM SÃO PAULO: reflexões acerca de práticas colaborativas em museus convencionais**, a autora apresenta algumas ações

colaborativas que indigenizam museus paulistas, ao serem voltadas à autorrepresentação e reafirmação de identidades dos povos indígenas. Segundo ela, essas colaborações e parcerias integram uma nova ordem social, potencial para conduzir instituições e processos museológicos à própria descolonização.

O terceiro texto é um relato de experiência de João Vítor Marcon Camargo, mestrando em Arqueologia também no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP). Intitulado **CADÊ O MUSEU QUE ESTAVA AQUI? Um Relato Sobre a Vivência, as Perspectivas Colaborativas e a Comunicação Entre o Museu Municipal de Arqueologia de Monte Alto/SP e a Estrutura Universitária** o escrito apresenta um processo formativo pautado na troca entre um acadêmico e profissionais de um museu em reforma, que “despertou esperança de um novo museu, de um pensar museológico mais participativo e próximo da comunidade”. Mas descreve também as dificuldades de relação com o poder público local, que culminam na perpetuação de instituições museológicas desatualizadas com as questões contemporâneas. Embora o prédio do museu esteja fechado, o autor defende que o museu continua aberto. Inspirado em uma frase de Hélio Oiticica, ele argumenta que “o museu é o mundo e não apenas seu prédio”.

No quarto texto, Robson Rodrigues, presidente da Fundação Araporã e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Uberlândia, e seus colegas, Aurelino José Ferreira Filho e Marcel Mano, professores da Universidade Federal de Uberlândia, detalham o percurso de institucionalização de um novo museu universitário. No artigo **ACERVOS ARQUEOLÓGICOS E MEMÓRIAS NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO MUSEU DE ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – ManA/UFU**, os autores colocam em evidência o emaranhado de tratativas e burocracias necessárias para se tirar um museu do papel e reforçam a importância dessas instituições estarem permanentemente vinculadas à produção de conhecimento e atentas à participação, de forma simétrica, dos públicos beneficiados. Segundo eles, trata-se de um “espaço transdisciplinar de diálogos e estrutura de gestão compartilhada para o qual deva confluir o patrimônio arqueológico e antropológico regional”.

Por fim, o trabalho de Marina da Fonseca Lopes, da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), também aborda a trajetória institucional de um museu universitário cujo recorte temático é a Arqueologia. Seu foco, no entanto, está nos processos museológicos. No texto **O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CENTRO ARQUEOLÓGICO DA UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA**, a autora compartilha “limitações e o trabalho desenvolvido através da pesquisa, ensino e extensão”.

SEÇÃO 1
ARTIGOS

AS IDENTIDADES ÉTNICO-RACIAIS NO MUSEU E AS POSSIBILIDADES DE TRANSFORMAÇÃO PELA EDUCAÇÃO

Breno de Oliveira CONDE²

Resumo: O artigo que se apresenta é parte integrante de uma dissertação de mestrado em andamento, cujo objetivo foi analisar como o museu aborda as questões étnico-raciais. Problematizamos como a construção do passado e da memória no museu esteve estreitamente vinculada com os valores da branquitude, e uma epistemologia colonialista, tornando-se um lugar de memórias segregacionistas, elitistas e racializadas. Refletimos sobre as perspectivas cidadãs e emancipadoras que possibilitariam compreender a memória e a cultura Afro-brasileira para além dos estereótipos, simplificações, negações e esquecimentos. A pesquisa, de natureza qualitativa, envolveu várias perspectivas epistemológicas, identificando os trabalhos científicos que interseccionam a categoria museu com raça, branquitude, colonialidade e colonialismo. Espera-se que a análise do tema, sob uma perspectiva plural, se torne uma ferramenta para a redefinição política do museu, comprometida em combater o racismo, e consciente de sua função na sociedade.

Palavras-Chave: Museu; Raça; Educação.

Abstract: The article presented here is an integral part of an ongoing master's thesis, whose objective was to analyze how the museum addresses racial issues. We problematized how the construction of the past and memory in the museum was closely linked to the values of whiteness, and a colonialist epistemology, becoming a place of segregational, elitist, and racialized memories. We reflected on citizen and emancipatory perspectives that enable us to understand Afro-Brazilian memory and culture beyond stereotypes, simplifications, denials, and forgetfulness. This qualitative research involved various epistemological perspectives, identifying scientific works that intersect the museum category with race, whiteness, coloniality, and colonialism. It is hoped that a deeper exploration of the topic from a plural perspective will serve as a possible instrument for the political and social repositioning of the museum, committed to combating racism.

Keywords: Museum; Race; Education.

² Programa de Pós Graduação em Educação Escolar – FciAr UNESP. e-mail: breno.conde@unesp.br

1 - Introdução

O artigo busca compreender como as questões étnico-raciais foram historicamente abordadas no museu. Aqui, trataremos do termo "museu" no singular devido à existência de uma trajetória institucional semelhante que perpassa museus em todo o mundo. Compreendemos o museu como uma instituição cultural, científica e educacional que promove discursos a partir das exposições de objetos considerados históricos que constituem patrimônios. Partimos do pressuposto de que o museu fabrica a memória e história a partir da seleção política desses objetos que, uma vez expostos, representam o patrimônio de uma região, estado ou nação. Mais do que construir memórias, o museu é o espaço de representações racializadas e de classe. Isso se evidencia na maneira como as contribuições materiais, culturais e simbólicas de grupos sociais com ascendência europeia ou pertencentes à elite nacional e local branca são destacados e celebrados, ao passo que a cultura dos diversos povos indígenas, africanos e afrodiaspóricos frequentemente é relegada ao esquecimento ou subestimada.

Por outro lado, a lei 10.639/03 foi uma conquista do movimento negro cujo objetivo era corrigir as distorções acerca da história da população negra (africana e a nascida na diáspora) representadas nos livros didáticos com o início no século XV e o seu término com a abolição "redentora" no final do século XIX. Além de naturalizar a condição de escravizados dos africanos e negar a sua história ancestral, a pedagogia colonialista impregnada nas escolas empenhava-se em uma narrativa onde não houve conflitos e resistências das pessoas negras, reforçando inverdades sobre uma fantasiosa brandura da colonização e do contato cordial entre inúmeros povos, raças e etnias no Brasil. Tal ênfase foi reforçada pelo mito da democracia racial forjada pelos intelectuais associados, de alguma forma, com o Estado a partir da década de 1920 e cujos efeitos ainda não desapareceram, pois, para uma população majoritariamente branca, o preconceito racial é minimizado diante de uma suposta igualdade jurídica, de uma meritocracia possível a todos ou algum princípio universal que nivela por igual as pessoas, independentemente da cor, da raça e da classe social. O que a branquitude, enquanto construção sociocultural nega é a segregação baseada na cor da pele e, acima de tudo, os privilégios historicamente acumulados e ainda mantidos exclusivamente para uma população branca.

Questionamos se o museu pode se tornar uma ferramenta pedagógica antirracista, tornando-se um lugar de promoção da memória e cultura da população afro-brasileira, abrindo caminhos para a tomada de consciência das construções racializadas, etnocêntricas e excludentes que historicamente esta instituição desenvolveu ao perpetuar silêncios e esquecimentos, promovendo os privilégios simbólicos e materiais da elite branca.

Para atender essas demandas, dividimos o artigo em duas partes, sendo a primeira uma discussão conceitual acerca do museu interpretado como um espaço de representações sociais assimétricas, atravessado pela racialidade. Em seguida, abordaremos as possíveis transformações nas instituições museais, tendo em vista a materialidade da lei 10.639/03 e a atuação dos movimentos sociais com a intenção de democratizar a memória.

1 - Procedimentos Metodológicos

A ciência, outrora, classificou e estabeleceu uma hierarquia entre grupos humanos, rotulando alguns como "raças subalternas" e "inferiores", em contraste com a raça branca, de origem ocidental e raízes cristãs, que foi considerada superior. A biologia, a antropologia, a historiografia e a medicina foram utilizadas como instrumento para desfigurar os fragmentos das memórias de comunidades africanas, populações negras das diásporas e comunidades indígenas. Em outros termos, as ciências humanas e biológicas, alinhadas com o olhar do colonizador, ou seja, da elite dominante racializada como branca, disseminou deturpações acerca dos corpos e cultura africana, afro-brasileira e indígena, influenciando pesquisas e exposições em museus desde o final do século XIX, contexto no qual a supremacia branca baseava-se em teorias raciais pseudocientíficas (CARNEIRO, 2023; QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2013; VIEIRA, 2020).

Esta pesquisa histórica teve por objeto de estudo os modos de produção das memórias e discursos racializados no museu. Com uma abordagem qualitativa e um conjunto de metodologias, envolvendo várias perspectivas epistemológicas, a pesquisa identificou os trabalhos científicos que interseccionam a categoria museu com raça, branquitude, colonialidade e colonialismo. Foram analisados textos de historiadores, cientistas sociais, antropólogos e museólogos que, por meio da problematização contínua, contribuíram para a constituição de respostas possíveis perante a nossa **questão de pesquisa**: como o museu pode exercer funções educativas antirracistas de modo a romper com as suas funções tradicionais de celebração da memória e do poder da branquitude?

2 - O Museu Como Lugar de Memórias Racializadas

Para a análise do museu torna-se necessário o estudo de sua formação e seu desenvolvimento. A origem remonta ao revolucionário século XVIII, quando a ascendente classe burguesa na França se apropriou do poder político e dos bens materiais da nobreza e do clero. A partir dos acervos expropriados surgiu o museu moderno, empenhado na construção de um projeto político burguês de representar a identidade nacional. O museu possuía a finalidade educativa de promover, de maneira pedagógica, os símbolos da Nação, construindo um cidadão burguês, disciplinado, patriótico

e consciente da história nacional. Para isso, a burguesia francesa se instrumentalizou dos demais lugares produtores de conhecimento e memória, como as escolas, bibliotecas e arquivos, transformando-os em espaços coletivos e abertos ao público, compreendidos como de interesse nacional (CHAGAS, 2002).

O que nos leva a pensar que a memória no museu nunca foi um fato natural, mas antes de tudo um ato político, construída socialmente a partir de um recorte ou seleção executada por aqueles que detêm o poder. O sociólogo e museólogo Mário Chagas (2002) compreende o museu moderno no contexto histórico de consolidação dos Estados nacionais e da burguesia, quando as raízes da nação precisavam ser narradas e forjadas por meio de uma seleção de fatos históricos, personagens, símbolos e memórias, que formariam a comunidade imaginada e a identidade nacional.

Em outras palavras, os museus são instituições políticas que projetam ideias, discursos, símbolos e conhecimentos, e estão longe de ser ingênuos ou neutros depósitos de objetos. Cada coleção e objeto musealizado é um documento de um tempo histórico e está associado a valores simbólicos e culturais de uma determinada classe social e racial. O museu foi um instrumento do poder estatal e, por isso, toda memória evocada e esquecimento seletivo deveria ser politizada, segundo Chagas (2002, p. 66), já que "aquilo que se anuncia nos museus não é a verdade, mas uma leitura possível, inteiramente permeada pelo jogo de poder."

A memória institucionalizada nos museus justificou o imperialismo europeu a partir do Século XVIII e, de modo mais intenso, no Século XIX, quando as teorias raciais evolucionistas influenciaram as pesquisas e exposições. Além da flora e fauna explorada pelas ciências naturais, o museu etnográfico espalhou-se pelas colônias, onde os cientistas de diversas áreas coletavam, exibiam e classificavam a cultura material e os corpos das pessoas submetidas ao colonialismo, a partir de uma perspectiva científica e evolucionista, alinhada com a antropologia, a biologia, a medicina, a criminologia (CHAGAS, 2002; SCHWARCZ, 2001).

Os antropólogos, médicos e cientistas utilizavam-se da frenologia e da craniometria, que consistia em medir o tamanho do crânio, cérebro, nariz e boca para classificar as raças evoluídas e mais inteligentes, atributos físicos e cognitivos exclusivos dos brancos, notadamente da Europa Central e da América do Norte. Em contrapartida, os povos não europeus foram classificados com o fenótipo primitivo, selvagem, "naturalmente" violento e criminoso. Essas categorias classificatórias e hierárquicas criadas pelo racismo científico conferiam legitimidade ao protagonismo imperialista da raça branca autointitulada civilizada, enquanto a "natureza" já havia determinado a subalternidade, o atraso e a proeminente extinção dos africanos, asiáticos e indígenas, tendo em vista as leis naturais da seleção dos mais fortes, que também regiam a sociedade, de acordo com os entusiastas do paradigma

científico evolutivo (SCHWARCZ, 2001; VIEIRA, 2020).

No Brasil, os primeiros museus surgiram no século XIX, com as pesquisas em botânica, fauna, e também das consideradas espécies humanas inferiores e subalternas, exibidas nas exposições etnográficas e nos congressos científicos. Como exemplo, citamos o Museu Nacional, criado por decreto imperial em 1818, que sediou a "Exposição Antropológica Brasileira" em 1882, exibindo um "acervo vivo" de indígenas da etnia botocudos. O habitat natural dos indígenas foi recriado e a exposição foi considerada um sucesso pela imprensa, populares, cientistas e antropólogos responsáveis pelo exame antropométrico. Uma das consequências da exposição foi o aumento das mortes dos botocudos e a violação das sepulturas devido ao valor que os crânios e corpos adquiriam como objeto de pesquisa científica e exposição no museu (VIEIRA, 2020).

Acreditamos que a perspectiva teórica decolonial propicia o aprofundamento das questões raciais e políticas no interior do museu. Para os autores decoloniais, um novo poder se consolidou nas Américas e África com o colonialismo europeu, caracterizado pela criação do conceito de raças para atender as necessidades econômicas da Europa Central, que estava na centralidade do capitalismo e do mercado. Segundo Quijano (2005) e Mignolo (2005), o colonialismo desdobrava-se em uma forma de dominação mais duradoura, a chamada colonialidade. Caracterizada por relações de poder que submetem o imaginário, as subjetividades, os saberes e as manifestações culturais das pessoas do eixo Sul (habitantes da América Central, do Sul, da África e Ásia) a um processo de destruição, inferiorização e invisibilização, a colonialidade tem no etnocentrismo e na racialização a sua principal medida.

Para Mignolo (2005, 2013), a modernidade é um projeto colonialista e imperial, caracterizado pela divisão racial do trabalho, da cultura e do conhecimento, distinguindo os seres humanos a partir de sua localização geográfica e fenótipos. Para o autor havia uma geopolítica do conhecimento expressa pela colonialidade do saber baseada na exclusão e silenciamento das epistemologias e saberes fora da Europa. As crenças, linguagens, formas e valores do mundo eurocêntrico foram validadas como universais, ou seja, um modelo de humanidade a ser seguido. Porém, a cor da pele ou o pertencimento racial impediam a universalização do progresso, da razão e da cidadania, pois os sentidos irracionais, selvagens e atrasados da população não europeia eram evidentes empecilhos, não restando senão outra classificação ontológica como Não-Ser, segundo os filósofos, teólogos e cientistas europeus.

A colonialidade tem no etnocentrismo uma medida e no racismo, segundo a definição de Sueli Carneiro (2023, p. 58), "um disciplinador, ordenador e estruturador de relações raciais e sociais e nas quais se amalgamam as contradições de classe e raça". Dessa forma, a

colonialidade enquanto poder naturaliza as desigualdades sociais, dividindo os sujeitos, cognições e epistemologias em superiores e inferiores, sendo reiteradas nas universidades, nos arquivos, nas escolas e, claro, no museu.

De acordo com Barbosa (2013), é preciso pensar o museu a partir da etnicidade, compreendida como uma identificação, forma de organização, classificação e sentimento de pertença que constrói fronteiras simbólicas, ou seja, que não estão escritas, mas são materializadas por meio das exposições representam desigualdades, apresentando a população afro-brasileira e indígena sem protagonismo político, científico ou cultural.

Moura (2020) compreendeu o museu como intérprete das diferenças entre os povos, seguindo ideias científicas racistas e construindo narrativas alinhadas com os donos do poder.

(...) as elites políticas passaram a patrocinar marcadamente os espaços museais, o que levou os museus a se tornarem instituições afirmativas, reforçadoras de narrativas hegemônicas, que por meio de distorções de perspectivas de objetos e contextos histórico-culturais, estabeleceram uma relação de dominação de colônias, pelo poder bélico, econômico e intelectual, visando à perpetuação de uma imagem romantizada, ufanista, elitista e conseqüentemente excludente, diante do próprio povo e do povo dominado (MOURA, 2020, p. 119)

No contexto brasileiro, a partir da década de 1930, o museu, enquanto lugar de memórias racializadas, desempenhou a função social de contribuir para a construção da democracia racial enquanto mito fundador da identidade nacional. Para isso, o museu assim como outras instituições culturais e educacionais, reforçou a tese de que a escravização de milhões de pessoas durante três séculos era algo superado. Embora o passado escravista fosse lembrado por meio de objetos de suplício, a imaginação museal olhava o passado como um tempo sem conflitos e resistências. Além disso, a memória e cultura afro-brasileira foi considerada simplória, atrasada, exótica, popular e folclórica, em contraste com a cultura material da elite branca, adjetivada como superior em técnicas, formas e arte que envolviam um desenvolvimento cognitivo mais elevado (BARBOSA, 2018; MACHADO, ZUBARAN, 2013).

O que podemos inferir a partir da análise de Barbosa (2013), Machado e Zubaran (2013) é que as instituições museais têm a sua história marcada pelo elemento da racialidade e do etnocentrismo, ou seja, as exposições, que são a forma de narrar dos museus, são segregadoras na medida em que distorcem, excluem ou esquecem as epistemologias banto, nagô, malê, e todos os saberes indígenas. Isso é uma consequência do epistemicídio que ocorre nos museus,

sendo também evidente em escolas, arquivos, universidades e outras instituições de conhecimento.

A filósofa e ativista negra Sueli Carneiro (2023, p. 45) destaca que, ao tratar os negros como objetos de trabalho (durante os três séculos de escravização), e depois como objetos de estudo (durante o final do século XIX até as primeiras décadas do século XX), o campo de saber eurocêntrico, ao ser privilegiado, promoveu o epistemicídio alinhado com a racialidade, e disso resultou o “embranquecimento da representação social (...) manobras que vão promovendo, ao nível da reconstrução do imaginário social sobre o país, o branqueamento em todas as dimensões da vida social.”

A memória e história nacional foram um projeto de Estado (BARBOSA, 2013), e conforme Cunha (2017, p.79) coloca, “nossa memória e nosso esquecimento são compartilhados e influenciados pelo coletivo, com o Estado sendo um dos principais agentes nesse processo”. Politicamente, o Estado optou por alinhar-se com a construção sociocultural da branquitude, caracterizada pelo silêncio em relação às formas de racismo, às violências coloniais ou contemporâneas, e aos privilégios historicamente obtidos por meio da exploração da mão de obra africana, justificada pela classificação racial e teológica formulada pelos europeus (CARNEIRO, 2023; BENTO, 2022).

Segundo Cida Bento (2022), a branquitude é uma construção social que consiste em práticas e contratos entre pessoas brancas, que incluem a ocultação de privilégios herdados desde a época da escravidão, e que perduram de forma positiva, sendo usufruídos no presente. A continuidade dos privilégios da população branca nos meios educacionais, políticos, jurídicos e nas ações policiais são veementemente negadas e silenciadas, de forma que as desigualdades sociais e raciais do presente são naturalizadas, medidas como consequência de esforços e méritos.

A branquitude produz esquecimentos, cria o mito da meritocracia e perpetua o ideal da democracia racial onde todos competem, vivem e são amparados institucionalmente em condições igualitárias, sem a existência do racismo. Com isso, a branquitude tem no racismo velado as suas bases e a herança positiva dos tempos da escravização, constantemente renovados, em silêncio, e nunca assumidos, já que “os brancos, em sua maioria, ao não se reconhecerem como parte essencial nas desigualdades raciais, não as associam à história branca vivida no país e ao racismo.” (BENTO, 2022, p. 121)

De acordo com Carneiro (2023), a branquitude está condicionada à vida, enquanto a negritude à morte. A branquitude fomenta a despolíticação das questões raciais e a naturalização das desigualdades raciais no plano simbólico e material, no acesso aos bens culturais, educacionais, moradia, saúde, dentre outras dimensões.

O ideal de branqueamento não está abandonado; é imposto ao imaginário social pela cultura dominante através da exibição permanente de seus símbolos, que expressam os seus sucessos materiais e simbólicos como demonstração de superioridade "natural", cotejados sistematicamente com os símbolos de estigmatização da negritude - seu contraponto necessário (2003, p. 54).

E qual a função de um museu tradicional senão expor os símbolos e a cultura da branquitude? Segundo Machado e Zubaran (2013), o museu representa racialmente o negro tendo como referências os estereótipos, quase sempre associados ao trabalho manual, à culinária, futebol, religiões, curandeirismos, artesanato e folclore. Para as autoras, o saber produzido sobre o negro no museu é interpretado pelo olhar branco e seu exclusivo (auto atribuído) poder de representar o outro, retirando o protagonismo e a autorepresentação da população afro-brasileira. Por fim, estas manifestações "naturalizadas" do "Outro" fortalecem os discursos hegemônicos da instituição museal, comprometidos em produzir e narrar o projeto estético, cultural e político da branquitude, tendo a raça como categoria que distingue o conhecimento superior do inferior, a arte do folclore, predominando o desprivilegio da comunidade racial negra, em contrapartida da elevação moral, intelectual, epistêmica e artística da racialidade branca.

Diante disso, o museólogo Marcelo Cunha (2017, p. 84) afirma que "os museus têm classe, cor e gênero", sendo instrumentos de um sistema oficial de memórias não inclusivas, predominando o referencial masculino, cristão, heterossexual, ocidental. O autor pesquisou no início dos anos 2000, em sua tese, os principais temas e objetos relacionados com a população africana e afro-diaspórica nos museus, que foram o trabalho escravo, esculturas, cerâmicas, religião, folclore. De forma geral, a sua análise concluiu que "o negro é essencializado como escravo" (p. 87), a religião é abordada pelos aspectos sincréticos, e predomina a desconsideração pela resistência organizada nas irmandades, quilombos e demais formas de associação. E uma constatação: quase vinte anos depois, o museu pouco se transformou, escreveu o museólogo em artigo de 2017.

Diante disso, retomamos Carneiro (2023, p. 102), que, embora não se atenha aos estudos específicos sobre museu, é a nossa referência neste trabalho, que aborda as questões raciais atravessando a história do museu. Para a filósofa, o conhecimento produzido sobre os negros, e sem a participação dos negros produz uma descontextualização, o reforço dos estigmas e o desconhecimento de suas reivindicações e resistências, portanto, a "desmoralização cultural do Outro realiza a um só tempo a superlativização do Mesmo e a negação do Outro".

3 - As Possibilidades de Transformação Pela Educação

O racismo na sociedade brasileira é marcado por desigualdades entre brancos e negros, uma condição histórica imposta pelo colonialismo que deixou feridas abertas, conhecidas como a ferida colonial, que molda as relações cotidianas, o acesso aos direitos, a qualidade da educação, intervenções policiais e estatais, ou seja, todas as esferas da sociedade.

No entanto, apesar do não reconhecimento da branquitude, há por todos os lugares a resistência negra desafiando a sociedade hierarquizada com base nas categorias de raça e classe. Segundo a pesquisa de Luiz Gonçalves e Beatriz Petronilha (2000), o movimento negro, durante o período imperial, buscou construir a sua identidade fora do Estado, em uma concepção de educação vinculada à cultura, valorizando a escrita, oralidade e ancestralidade. Oficialmente o Estado não admitia que as escolas públicas fossem frequentadas pelos negros (Decreto nº 1.331 de 1854), fora os empecilhos criados anos mais tarde com o estudo no período noturno dos ex-escravizados (Decreto nº 7.031-A de 1878). Gusmão (2016) observa que o movimento de reivindicação das memórias negras manteve-se ativo desde o período pós-abolição, podendo ser interpretado como um dos diversos atos de resistência da população afrodiáspórica contra a "máscara do silenciamento", conforme expresso por Kilomba (2020, p. 33). A resistência negra ao longo dos períodos colonial e republicano desempenhou um papel fundamental na compreensão das conquistas legais no século XXI.

Antes da lei 10.639/03 ser sancionada diante da mobilização do movimento negro, alguns marcos antecederam, como a lei 9394/96, que instituiu a raça negra com dois marcos - Abolição e Zumbi -, o que, segundo Lucimar Dias (2005), apenas repetiu os sentidos estereotipados sobre essa população. Já a lei sancionada em 2003 é fruto do multiculturalismo, um dado da humanidade, que objetivou rever o currículo escolar e as representações acerca das contribuições intelectuais e culturais dos negros, que não deveriam ser apenas toleradas como diferentes, mas avançar para relações e trocas mais profundas, verdadeiramente interculturais, o que, segundo Gonçalves e Petronilha (2000), ainda não ocorreu.

A lei foi complementada com a publicação em 2005 das Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O documento orientador para as práticas continha propostas adaptáveis e não fechadas, atendendo uma política de reparações promovida pelo Estado nacional sob pressão dos movimentos negros que exigem a valorização de sua história, cultura e identidade.

De acordo com as Diretrizes (BRASIL, 2005, p.17), a mudança para uma sociedade igualitária implica em romper o sistema meritocrático fundamentado, na prática, pela manutenção dos privilégios, e

desconstruir o imaginário étnico-racial da branquitude:

(...) não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira.

As Diretrizes (BRASIL, 2005, p.14) possuem falhas ao não especificar as universidades e focar nas escolas, mas consideramos algumas menções relevantes: “combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola.”

Adiante no texto, o orientador propõe ações que consideramos estar atreladas aos museus, valorizando a “educação patrimonial, aprendido a partir do patrimônio cultural afrobrasileiro, visando a preservá-lo e a difundi-lo” (BRASIL, 2005, p. 20). Ou seja, interpretando as Diretrizes, reconhecemos que as instituições culturais possuem papéis relevantes na luta antirracista, porém não são citadas nomeadamente.

A lei 10.639/03 e as Diretrizes foram ampliadas com a lei nº 11.645, de 10 março de 2008, que torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nas escolas. Nenhuma das leis mencionadas fez menção direta às universidades ou aos museus. Além disso, seu alcance é limitado diante do que Nilma Gomes (2005) chama de “silêncio pedagógico”, referindo-se à relutância dos professores em abordar o racismo. No entanto, é na escola que o mito da democracia racial se manifesta, buscando minimizar o epistemicídio e genocídio contra a população negra.

Isoladamente, as leis não são capazes de mudar as estruturas de poder e do racismo historicamente herdadas. Como o museu enquanto instituição normativa, reguladora, disciplinar e transmissora de saberes, pode promover cidadãos conscientes das desigualdades étnico-raciais?

Para Brenda Cocotle (2019, p. 6), os museus começaram a imaginar novos destinos a partir da museologia abalada estruturalmente, assim como todas as outras ciências humanas, na década de 1970 pelos movimentos políticos das minorias. Segundo a autora, os museus reconheciam que a construção das identidades coletivas não incluía a representatividade das minorias. Posteriormente, o enfoque multiculturalista incluiu as minorias políticas sem a politização, em uma ação considerada politicamente correta, sem tensionar a lógica colonial.

O indígena, a mulher, o afrodescendente e o chicano “ganharam voz” pelo outro e raras vezes por si mesmos; foram transformados em tema ou, no pior dos casos, objeto e fetiche museológico. Várias das políticas de inclusão deram lugar a uma extrema “racialização” ou “folclorização” das comunidades, negando as diferenças, lutas de poder

processos de negociação e conflitos nelas existentes.

Por fim, a autora acredita que os museus não devem negar conflitos, contradições e limitações, mas devem “pensar na sua própria crise”, questionar a ética e a racionalidade das estruturas ocidentais e romper com a “coisificação” da cultura material do “Outro”. A curadoria das exposições deve oferecer oportunidades àqueles que foram historicamente relegados a um estado de “Não-ser”, considerados pela razão racializada e branca europeia como seres despossuídos de história, memórias, religião, cognição, dentre outros elementos.

Outros autores pensaram propostas de educação patrimonial que envolvem o patrimônio cultural a partir dos conflitos e tensões. Para Tolentino (2018, p. 56), a educação patrimonial deve se opor ao conhecimento institucionalizado do museu e dos órgãos federais preservacionistas, revertendo os sentidos tradicionais e transformando-os em espaços democráticos e incompletos, abertos a uma “construção coletiva e democrática do conhecimento e a participação efetiva dos diferentes atores nos processos de apropriação do patrimônio cultural”.

O autor reconhece o avanço com o decreto 3551/2000 que instituiu o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, que ampliava as noções de patrimônio associando-as com bens culturais que não se limitavam apenas aos monumentos reconhecidos pela elite ou a uma questão urbanística-arquitetônica. Também cita as ações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, com a criação dos inventários participativos onde grupos e movimentos sociais, como os quilombolas, os indígenas, dentre outros, podem identificar e registrar as suas referências identitárias e memórias. Segundo o autor, essa é uma maneira de pensar uma educação patrimonial decolonial cujos princípios vão além da preservação de monumentos, mas que prezam a abertura ao diálogo e a formação de cidadãos ativos.

Sobre o reconhecimento da pluralidade cultural brasileira e a sua inserção nas políticas de patrimônios e museus, Chuva (2013, p. 200) escreveu:

(...) as práticas de patrimonialização e musealização que constituíram identidades nacionais dominantes podem, hoje, instrumentalizar grupos de identidade, deslocando-os da invisibilidade e das margens de exclusão para integrá-los nas redes sociais, como estratégias de inclusão social e afirmação das identidades.

Chuva (2013) reconhece o dinamismo das noções de patrimônio e museu como uma possibilidade de potencializar identidades étnico-raciais, o decreto 3551/2000 é citado como marco do reconhecimento das identidades múltiplas do país, sem que sejam lembradas pela autora as ações museológicas pioneiras de Abdias do Nascimento desde a década de 1940.

Abdias Nascimento era neto de africanos escravizados, nascido em 1914 e ingressou nas fileiras do ativismo negro em 1930, com a entrada na Frente Negra Brasileira, sendo preso, anos mais tarde, pela ditadura do Estado Novo. Em 1944 fundou o Teatro Experimental do Negro (TEN) que, além do ofício da arte, não se desvinculou da política, propondo na Assembleia Constituinte de 1945 -1946 o crime de lesa pátria nos casos envolvendo a discriminação racial. Entre 1950 e 1968 foi curador do Museu de Arte Negra (MAN), mas o regime militar proibiu a sua entrada no país durante treze anos. Ao voltar definitivamente ao país em 1981, Abdias fundou o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO), um curso pioneiro para os professores vinculado à PUC e UERJ. Tanto o teatro quanto o museu sob a criação de Abdias do Nascimento defendiam a valorização do negro por meio da educação, da cultura e da arte.

Porém, Catherine Walsh nos adverte que a desconstrução da colonialidade rumo a uma interculturalidade deve percorrer um caminho com dificuldades:

(...) não podemos simplesmente desarmar, desfazer ou reverter o colonial; ou seja, passar de um momento colonial a um não colonial, como se fosse possível que seus padrões e marcas desistissem de existir. A intenção é mesmo assinalar e provocar um posicionamento - uma postura e atitude contínua - de transgredir, intervir, insurgir e incidir. O decolonial denota, então, um caminho de luta contínua no qual podemos identificar, visibilizar e estimular "lugares" de exterioridade e construções alternativas (WALSH, 2009 apud TOLENTINO, 2018, p. 52)

Para Marcelo Cunha (2017, p. 84) é essencial abordar o museu e o patrimônio com um olhar crítico que transcenda a narrativa oficial e supere a perspectiva histórica condicionada pela historiografia oficial. O pesquisador percebe os museus como locais que não apenas representam, mas também narram a sociedade, ressaltando que eles "propagam e ecoam mensagens a serviço de um projeto de memória que não é inclusivo, que reforça um programa ideológico voltado à manutenção de lugares instituídos".

Segundo Cunha (2017), a perspectiva crítica do museu confronta a perspectiva histórica e esse é um caminho possível para o museu se democratizar. Existem outros autores que reconhecem o museu com potenciais políticos a favor das transformações sociais, algo que apenas se concretiza mediante a subversão das funções tradicionais e das estruturas de memória, propostas pelos novos atores políticos e movimentos identitários. As ideias propostas pela antropóloga e educadora Cecília Soares (2017, p. 130) levaram a afirmar que "a memória deve ser desconstruída ideologicamente para que se transforme em uma prática militante", ou seja, o museu deixaria a

sua função social tradicional de salvaguardar memórias nostálgicas, estáticas e elitistas para tornar-se dinâmico, se reelaborando, aceitando os questionamentos, as novas propostas e os conflitos.

As pesquisadoras Machado e Zubaran (2013) e Santos (2016) pensam que a população afro-brasileira deve se tornar protagonista de suas próprias representações no museu, transgredindo as memórias excludentes que silenciaram as suas práticas artísticas, literárias, políticas, intelectuais e políticas.

Algumas mudanças já são sentidas nas exposições museais. A sala etnográfica do Museu Nacional foi desmontada em 2014, pois reproduzia de modo estereotipado e descontextualizado uma África exótica, distante, artesã, reforçando uma consciência histórica marcada pela invisibilidade. Segundo Ferreira (2015), o Museu Nacional investiu em uma nova exposição com a contextualização dos objetos e também do modo como as coleções foram formadas, propiciando dessa forma uma autoavaliação do próprio acervo.

Segundo Demarchi (2023, p. 6), as narrativas históricas precisam ser revistas no presente, de forma que sejam possíveis novas interpretações. Uma parte fundamental dessa reinterpretação envolve “escovar a história a contrapelo”, tal como pensou Walter Benjamin, destacando os atos de resistência e as lutas dos grupos sociais oprimidos ao longo do tempo. O pesquisador tem como objetivo analisar a construção da identidade nacional brasileira e a institucionalização do patrimônio e museus nacionais, considerando as “camadas de dominação ligadas à raça e ao gênero”.

Ao utilizar as ideias de Duncan Cameron, o autor propõe o museu como um fórum, ou seja, lugar de debate e reflexão, permitindo o encontro de diferentes conhecimentos e perspectivas, desafiando as visões tradicionais da história até então enraizadas. O objetivo é expor a ideologia do museu, revelando o que está por trás das narrativas apresentadas, investigando a própria estrutura e processos operacionais do museu. Essa perspectiva insere a educação como prática e reflexão nos museus, sugerindo transformações significativas na maneira como essas instituições concebem seu papel social.

Segundo Demarchi (2023), o museu tradicionalmente foi concebido como o espaço de armazenamento e exibição de objetos históricos, enquanto a educação era considerada uma atividade secundária. No entanto, nos últimos anos, tem havido um movimento crescente para reconhecer o papel crucial da educação nos museus. Por conta desse movimento, o museu não deve ser apenas local de exposição, mas também de estudo, pesquisa e criação, promovendo uma abordagem mais crítica e participativa em relação à história e cultura representadas e também sobre as ausências.

Reconhecer a educação como elemento essencial nas atividades do museu envolve observar essa instituição com o potencial de realizar análises críticas de questões culturais e sociais. Com essa abordagem, a

influência do museu é ampliada, tornando-se um local mais dinâmico e com funções sociais transformadoras e cidadãs. Através da educação, estimulando a capacidade de aprender, adaptar-se e compreender, é possível transcender a contemplação acrítica e a simples transmissão de informações. Isso, por sua vez, possibilita mudanças nas configurações dos museus e promove uma maior proximidade entre o público, as comunidades e os movimentos sociais.

Considerações finais

O museu não é apenas uma instituição de preservação cultural e educacional, mas serve como instrumento de afirmação de identidades étnico-raciais, na medida em que seleciona politicamente quais memórias e culturas são lembradas e destacadas. Isso pode resultar em uma ênfase desigual em determinadas culturas, grupos raciais e étnicos ou períodos históricos, deixando de fora vozes e perspectivas marginalizadas.

Dessa forma, é possível observar que o museu sofre influência do poder, contudo, é importante salientar que a dinâmica dessa relação não se mantém inalterada ao longo do tempo. A contestação e o ativismo social provocam o museu a se transformar, tornando-se mais inclusivo, diversificado e sensível às vozes subalternizadas. É isso que constatou Mário Chagas (2002), ao afirmar que o museu é um espaço discursivo em constante disputa, influenciado em diferentes graus pelo poder estabelecido, sujeito às intervenções dos movimentos sociais e insurgentes em busca do direito à memória e da autorrepresentação.

Consideramos que as representações racialmente assimétricas do museu devem ser questionadas por meio de uma educação patrimonial problematizadora onde as ausências e lembranças sejam destacadas. Pensando nas palavras da historiadora Nila Barbosa (2018), os setores educacionais do museu devem iniciar um roteiro com os estudantes e visitantes a partir das ausências de representações.

O artigo apresentou as representações sociais e simbólicas do museu em sua relação a uma ideia de raça, ou melhor, a duas raças em relações de poder que não existem separadas. O olhar branco é uma construção social cujos atributos estão em oposição ao negro, uma outra construção sociocultural, cujos valores foram associados com a pobreza, a inferioridade, a falta de apreço ao trabalho, a ausência de cognição, dentre outros aspectos negativos.

A branquitude, enquanto construção social, arquitetou o museu como um lugar de representações privilegiadas, "coisificando" a memória e cultura afro-brasileira, bem como a indígena. O que podemos inferir sobre a instituição museu como o lugar de memórias racializadas, estabelecido pelo racismo estrutural para manter os privilégios e as coisas como estão. Em outras palavras, no plano simbólico e da representação - *locus* por excelência do museu - as realizações estéticas, o saudosismo e o modo de vida da branquitude

predominaram em contrapartida ao negro e indígena, considerados os indesejados.

A Coalizão Negra por Direitos, coletivo independente visando a igualdade de direitos e oportunidades, tem como lema "enquanto houver racismo não haverá democracia". Parafrazeando o dito e contextualizando no museu, podemos afirmar que enquanto houver apagamentos e silenciamentos, não há democracia e memórias plurais no museu.

O museu enquanto espaço educacional deve ser uma ferramenta reflexiva e antirracista, onde as memórias, as identidades e a história da população afro-brasileira e indígena sejam envolvidas em olhares mais abrangentes que estimulem o processo de ensino e aprendizagem sobre a diversidade cultural e étnico-racial brasileira. Afinal, a educação vai além da sala de aula, sendo o museu o lugar onde encontramos oportunidades para uma aprendizagem sensível em relação aos patrimônios, identidades e memórias. Espera-se que o museu tenha o poder de inspirar a curiosidade, fomentar uma postura crítica e promover a compreensão dos problemas do mundo que nos cerca e, para isso, há muitos passos a serem dados.

Referências

BARBOSA, Nila Rodrigues. **Museus e Etnicidade** - O negro no pensamento museal. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2018.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, Brasília: SECAD; SEPPPIR, junho, 2005

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Zahar, 2023.

CHAGAS, Mário. **Memória e poder**: dois movimentos. Cadernos de sociomuseologia, v. 19, n. 19, 2002.

COCOTLE, Brenda Caro. **Nós prometemos descolonizar o museu**: uma revisão crítica da política museal contemporânea. Afinal MASP, 2019. Disponível em <https://masp.org.br/arte-e-descolonizacao>

CHUVA, Márcia. **Para descolonizar museus e patrimônio**: refletindo sobre a preservação cultural no Brasil. In: Aline Montenegro Magalhães; Rafael Zamorano Bezerra. (Org.). 90 anos do Museu Histórico Nacional: em debate. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2013. pp. 195-208.

CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo. **Museus, memórias e culturas**

afro-brasileiras. Revista do Centro de Pesquisa e Formação - SESC, v. 5, p. 78-88, 2017.

DEMARCHI, João Lorandi. **As centelhas do passado:** a centralidade da educação para transformar o museu e o patrimônio cultural. Anais do Museu Histórico Nacional, v. 57, p. 1-17, 2023.

DIAS, Lucimar Rosa. **Quantos passos já foram dados?** A questão da raça nas leis educacionais - da LBD de 1961 à Lei 10.639 de 2003. Edições MEC/BID/UNESCO.2005. FERREIRA, Carolina Barcellos; COSTA, Carina Martins. **O ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM MUSEUS: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DO REFERENCIAL TEÓRICO DA DIDÁTICA DA HISTÓRIA.** Revista TransVersos, v. 4, n. 4, p. 83-96, 2015.

GOMES, Nilma Lino et al. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil:** uma breve discussão. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal, v. 10639, n. 03, p. 39-62, 2005.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira e GONÇALVES e SILVA, Petronilha Beatriz. **Movimento negro e Educação.** In: Revista Brasileira de Educação. Campinas: Anped,Set/out/nov, n.15, 2000, p. 134-158.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Antropologia, cultura e educação na formação de professores.** Revista ANTHROPOLOGICAS, Ano 20, 27(1), p.45-71, 2016. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/view/24032/0>

MACHADO, Lizandra Maria Rodrigues; ZUBARAN, Maria Angélica. **Representações racializadas de negros nos museus:** o que se diz e o que se ensina. In: MATTOS, Jane Rocha de. Museus e Africanidades. Porto Alegre: EDIJUC, p. 137-156, 2013.

MIGNOLO, Walter. **A colonialidade de cabo a rabo:** o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade" em Lander. Edgardo A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais- perspectivas latinoamericanas, p. 71-103, 2005.

_____. **Museus no horizonte colonial da modernidade:** Garimpando o museu (1992) de Fred Wilson. Trad. Simone Neiva Loures Gonçalves e Gisele Barbosa Ribeiro. Museologia & Interdisciplinaridade, v. 7, n. 13, p. 309-324, jan./jun. 2018. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/issue/view/1400>

MOURA, Ediel Barbalho de Andrade. **Arte/educação na perspectiva decolonial em espaços museais e a diversidade de narrativas e saberes.** Mousseion (19817207), n. 36, 2020.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In:

QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1661>

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Editora Cobogó, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O nascimento dos museus brasileiros: 1870-1910**. História da Ciências Sociais no Brasil. Tradução São Paulo: Editora Sumaré, 2001. Disponível em <https://repositorio.usp.br/item/001265107>

SANTOS, Jislaine Santana. **Museus e Memórias afro-diaspóricas**: itinerários na Museologia brasileira. In: V CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA & V ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE, 2016, Aracaju. Anais do V Congresso Sergipano de História & V Encontro Estadual de História da ANPUH/SE. Aracaju, SE: Editora Universitária da UFS, 2016.

SOARES, Cecília CM. **Memória afro, identidade, territorialidade e espaços museais**. Cadernos de Sociomuseologia, v. 53, n. 9, 2017. Disponível em <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/699>

TOLENTINO, Átila Bezerra. **Educação Patrimonial Decolonial**: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. Sillogés, v. 1, n. 1, p. 41-60, 2018.

VIEIRA, MARINA CAVALCANTE. Entre Ciência e Espetáculo: **Os Zoológicos Humanos como Campo de Pesquisa Antropológica**. In: 17 Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 2020. Disponível em <https://www.17snhct.sbhct.org.br/>

QUESTÕES INDÍGENAS E MUSEUS EM SÃO PAULO: REFLEXÕES ACERCA DE PRÁTICAS COLABORATIVAS EM MUSEUS CONVENCIONAIS

Leticia Ribeiro Ferreira da Silva²

Resumo: É de conhecimento geral que os museus e suas coleções nasceram do ímpeto colonialista e do impulso das nações europeias em explorar novas terras. A formação de coleções no período das grandes navegações esteve permeada pela curiosidade e pelo senso de aventura. Trocas, saques, compras entre outras relações, sempre assimétricas, com os povos nativos de outros continentes, resultaram no acúmulo de objetos diversos. Por muito tempo esses objetos estiveram esquecidos em reservas técnicas e/ou exposições em museus no mundo todo. Nas últimas décadas esses objetos vêm sendo reclamados por seus herdeiros como testemunhos de sua constância em territórios colonizados e de seus conhecimentos, outrora abafados diante da pressão colonial. Esse movimento tem exigido uma nova postura dos museus enquanto instituições de guarda e comunicação. Nesse cenário, as colaborações e parcerias vêm se tornando ferramentas cada vez mais frequentes na agenda museal. Nesse artigo apresento algumas experiências vividas em museus paulistas, trazendo uma reflexão a partir da descolonização e indigenização dos museus.

Palavras-chave: Colaboração; Descolonização; Indigenização.

Abstract: It is common knowledge that museums and their collections were born out of the colonialist impetus and the drive of European nations to explore new lands. The formation of collections in the period of the great navigations was permeated by curiosity and a sense of adventure. Exchanges, looting, purchases, among other relationships, always asymmetrical, with native peoples from other continents, resulted in the accumulation of diverse objects. For a long time these objects were forgotten in technical reserves and/or exhibitions in museums around the world. In recent decades, these objects have been claimed by their heirs as evidence of their constancy in colonized territories and their knowledge, once muffled in the face of colonial pressure. This movement has demanded a new attitude from museums as institutions of custody and communication. In this scenario, collaborations and partnerships

² Doutoranda no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo e Membro da Fundação Araporã de Araraquara – e-mail: leticia.ribeiro.mae@usp.br

have become increasingly frequent tools in the museum agenda. In this paper I present some experiences lived in museums in São Paulo, bringing a reflection from the decolonization and indigenization of museums.

Keywords: Collaboration; Decolonization; Indigenization.

1 - Introdução

O interesse e a busca pelo passado por parte dos povos indígenas como ferramenta política de luta por seus direitos data de algumas décadas e se intensifica na década de 1980, diante da nova ordem política e social que começa a se delinear com o fim do período conhecido na historiografia como Ditadura Civil-Militar. Marco importante nesse processo de redemocratização é a promulgação da Constituição Federal de 1988, também conhecida como "Constituição Cidadã", primeiro documento legal que garante aos povos indígenas o direito à terra, à diferença, à autonomia e à liberdade de expressão das línguas, fazeres e saberes tradicionais.

Nos últimos anos as populações indígenas têm incorporado e ressignificado os aparatos sociais hegemônicos metropolitanos (legislação, instituições, práticas científicas, etc.) na busca por voz ativa nas políticas nacionais e internacionais reclamando seus direitos sobre saberes² e objetos.

No campo específico da museologia, as últimas décadas vêm sendo marcadas pela atuação dos movimentos sociais e a ressignificação dos espaços museais e seu papel na sociedade não mais como locus do conhecimento, mas como espaço de lutas e representatividade políticas (SILVA, 2012; VAN VELTHEN, 2017). A chamada Sociomuseologia, abordagem teórica que se destaca pelo seu engajamento político, surge como resultado da pluralidade de discursos sobre a história. No Brasil, a popularização do ensino superior nas últimas duas décadas e a consequente inserção indígena nas universidades, tem corroborado com essa pluralidade nas práticas científica e acadêmica, acarretando mudanças expressivas na práxis museológica.

Nesse artigo, me debruçarei especificamente sobre a relação entre museus e povos indígenas no estado de São Paulo, tendo como pano de fundo o histórico de implantação e desenvolvimento dessas instituições no Brasil como ferramentas educativas e que vêm sendo reconhecidas como espaço potencial para autorrepresentação e instrumento de reafirmação de identidades (SILVA, 2012; CURY, 2020).

² Um bom exemplo são as políticas de gestão sobre o conhecimento da biodiversidade e seus usos na indústria farmacêutica (CARNEIRO DA CUNHA, 2017; CARNEIRO DA CUNHA; MAGALHÃES; ADAMS (Org.), 2021)

³ Um caso emblemático de direito sobre objetos etnográficos e povos indígenas é o pedido de repatriação do manto Tupinambá pelo povo Tupinambá de Olivença nos anos 2000 (ver QUEIROZ, 2020).

A apropriação e ressignificação desses espaços por parte dos povos indígenas tem sido alvo de reflexões na museologia a partir da ideia de "indigenização" (ROCA, 2015).

1 - Heranças do Passado: origem e formação dos museus e suas coleções

O período entre os séculos XIX e XX se configura como um dos mais importantes na consolidação das instituições museológicas como as conhecemos hoje. A formação de acervos devotados à pesquisa científica fomentava a realização de expedições que visavam a coleta de espécimes diversos. A nova ordem museológica deixa em segundo plano a espetacularização, cerne dos gabinetes de curiosidades, e foca na ordenação e classificação, metodologia advinda das ciências naturais (HASINOFF e BELL, 2015). Nesse momento, temos uma antropologia desenvolvida em museus, onde a formação de coleções assume papel primordial na construção dos museus e na ideia do "outro" indígena (DIAS, 2019).

De acordo com Hasinoff e Bell (2015), as expedições eram guiadas por um misto de busca pelo conhecimento científico, aventura e forças imperiais e mercantis. Assim, as coleções museológicas são, ainda hoje, um símbolo do poder das metrópoles sobre suas colônias.

As relações humanas que permearam a formação das coleções museológicas, sobretudo aquelas de natureza etnográfica, são diversas. A partir de saques, trocas, doações, objetos produzidos por povos nativos atravessaram fronteiras. Tirados de seus contextos originais, esses objetos ganharam outras funções, assumiram outros valores, por vezes monetários, artísticos, científicos, entre outros (TORRENCE & CLARKE, 2013).

Os primeiros museus brasileiros, cópias de museus europeus, segundo Schwarcz (1993), são criados ainda no século XIX⁹. Trata-se de instituições atravessadas pelo salvacionismo de cunho evolucionista, criadas para guardar espécimes do mundo natural (plantas, animais, minerais, etc.) e das culturas nativas que estavam em risco de desaparecer diante do avanço colonial (SILVA, 2012).

O Museu Paulista (MP), ou Museu do Ypiranga, foi o primeiro museu do estado de São Paulo, um dos primeiros brasileiros. Inaugurado em 1894 a partir de coleção doada por Joaquim Sertório. A história do MP é permeada por disputas políticas de interesse social e econômico (SCHWARCZ, 1993).

Embora o objetivo inicial dessa instituição estivesse atrelado à monumentalidade e ao espírito de "independência" alcançada pela antiga colônia, o desenvolver do MP enquanto instituição culminou na formação de um museu enciclopédico "tendo como base um saber evolutivo, classificatório e pautado no modelo das ciências biológicas,

⁹ Museu Nacional (1808); Museu Paraense Emílio Goeldi (1866); Museu Paulista (1894).

Von Lhering imprimirá no MP um perfil profissional, adaptado aos grandes centros europeus e conforme com eles" (SCHWARCZ, 1993, p. 103).

O interior do estado de São Paulo, por sua vez, é marcado pela presença dos Museus Históricos e Pedagógicos, modelo institucional cujo objetivo era construir uma história nacional a partir da perspectiva paulista, promovendo uma relação direta da sociedade com o estado a partir da valorização de uma tradição regional (WICHERS, 2012). Nota-se a forte influência do Estado positivista e da educação para "moral cívica" que vinha assumindo papel central na educação formal, influenciando fortemente a criação dos museus paulistas entre as décadas de 1950 e 1960.

Segundo Wichers (2012), as instituições museológicas paulistas criadas neste período por iniciativa da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação tinham como projeto a construção de uma identidade popular atrelada à história local, com exaltação das questões territoriais, enaltecendo o caráter desenvolvimentista do estado de São Paulo, que se afastava cada vez mais do passado colonial e atrasado.

Neste contexto, o advento da expansão das ferrovias e, posteriormente, das rodovias, se caracteriza como um aspecto importante, visto que os novos museus eram instalados em cidades inseridas nos caminhos das linhas férreas⁵(MISAN, 2005).

Esses museus são conhecidos pela generalidade de seus acervos, geralmente fruto de doações de famílias tradicionais da cidade. Dentre os objetos mais comuns nota-se material etnográfico, obras de arte, utensílios domésticos e mobiliários antigos, documentos e fotografias de famílias locais, entre tantos outros materiais que estejam relacionados à formação do município, seus ciclos econômicos e personagens "de destaque".

Nesse sentido, os museus são retratos de um tempo e de um lugar. A seleção dos objetos que serão conservados, assim como daqueles que serão exibidos ao público, é guiada pelo senso cultural (KNOWLEES, 2013).

3 - Protagonismo e Ativismo Indígenas no Espaço Museológico

Nos museus brasileiros, é comum que objetos indígenas (etnográficos e/ou arqueológicos) sejam dispostos (conscientemente ou não) como parte de um passado remoto e desconectado com a história dos povos atuais (ver LIMA, 2020), uma ação que reforça estereótipos étnicos e silencia a existência dos povos indígenas como cidadãos brasileiros. Tal prática vem reforçando o discurso histórico no qual o

⁵ Entre 1950 e 1970, foram criados 79 museus, dos quais 53 foram instalados, 44% deles em prédios tombados pelo CONDEPHAAT (WICHERS, 2011).

indígena representa o início da formação do Brasil (o mesmo se repete nos municípios e estados). Nesse cenário, essa figura, quase mítica, se esmaece na medida em que avançamos enquanto estado-nação e sua presença é simbolicamente lembrada em datas específicas a partir de elementos culturais corriqueiros: vocábulos, alimentos, toponímia, entre outros.

Esses esforços traduziam, em última instância, o desejo maior de formação dos “patrimônios nacionais”, capazes de dar concretude e sustentação à ideia de uma nação unificada e indivisível.

O ‘espírito do povo’, usando aqui a expressão consagrada por Johann Gottfried Herder, tornava-se evidente nas obras preservadas, colecionadas e exibidas cuidadosamente nos museus. Organizados por meio de políticas estatais específicas, os museus uniam grupos heterogêneos em torno de uma ideia de pertencimento única, um projeto único de nação e de memória nacional, representado pelas coleções. (DIAS, 2019, p. 262).

Desde a década de 1980 os museus vivem um importante processo de autorreflexão de suas práticas. Concomitantemente, essas instituições vêm sendo adotadas como importante ferramenta de luta política e identitária. Em vários países povos indígenas têm firmado parcerias com museus convencionais atuando de forma colaborativa na gestão e comunicação de acervos arqueológicos e etnográficos (KREPS, 2011; SILVA, 2012; FIENUP-RIORDAN, 2003; MACDOUGALL & CARLSON, 2009; GUEDES, 2021) ou ainda se mobilizando na construção de seus próprios museus (ROCA, 2015; DIAS, 2019; LONETREE, 2009). Essas ações podem ser entendidas como parte de um movimento museal mais amplo, intitulado “indigenização”. Nesse artigo dialogo com a perspectiva de Andrea Roca (2015), em que os povos indígenas são agentes sociais de destaque. De acordo com a autora:

(...) indigenização dos museus consiste nos processos ativados pela agência indígena nas instituições museológicas, colocando o reconhecimento do seu direito soberano à autorrepresentação, à propriedade e à administração dos seus próprios saberes e tradições, exercendo, portanto, seu direito à identidade, a terra, ao passado, à história e à memória. (ROCA, 2015, p. 142 – grifo meu)

Para Cury (2020, p. 15) os indígenas têm procurado estratégias de fortalecimento cultural e os museus têm se mostrado como forte aliado nos processos de autodeterminação. A seguir apresentarei alguns casos de indigenização dos museus no estado de São Paulo.

4 - Ações colaborativas e parcerias nos museus convencionais

Durante muito tempo os museus mantiveram suas portas fechadas para os povos indígenas, mantendo práticas que reproduzem e perpetuam relações colonialistas que colocam o museu como *locus* do conhecimento, detentores das relíquias e narrativas de povos diversos, guardiões das culturas, por sua vez materializadas nos objetos.

Nesse contexto os raros diálogos com os povos indígenas se limitam a consulta e/ou aquisição de objetos. De acordo com Fienup-Riordan (2010), antropólogos recorriam a indivíduos indígenas na consulta sobre assuntos e objetos específicos a partir de questionamentos orientados por pressupostos científicos.

No Brasil, algumas instituições têm se dedicado na revisão de suas práticas curatoriais (tanto na gestão como na comunicação dos bens arqueológicos e etnográficos). A título de exemplo, trago os trabalhos desenvolvidos no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP). O primeiro deles, coordenado pela professora Dra. Fabiola A. Silva (2012) em parceria com os Asurini da TI Koatinemo (Xingu – Pará). O projeto contou com a curadoria de uma coleção etnográfica de referência, fruto de quatro décadas de trabalho etnográfico da antropóloga Regina Müller junto aos Asurini. De acordo com Silva (2012, p. 166) essa coleção.

(...) foi formada de modo não intencional, pois a aquisição dos objetos se deu durante as sucessivas permanências de Regina Müller na aldeia, ao longo dos anos. Trata-se de um conjunto expressivo da cultura material Asurini, produzida nas últimas quatro décadas. Sua importância reside no fato de ser um testemunho da trajetória desse povo Tupi, de aspectos do seu modo de vida e, ao mesmo tempo, dos processos de transformação pelos quais essa sociedade vem passando desde o início do contato. Esse conjunto de artefatos também representa e contextualiza uma parcela das pesquisas de Regina Müller, em termos do seu olhar etnográfico, dos seus interesses e das suas relações de reciprocidade com os Asurini.

O projeto em questão envolveu várias etapas de trabalho, desde o registro fotográfico até a composição de agrupamentos dos objetos a partir de categorias criadas pela própria Regina Müller e pelos Asurini, a partir de suas memórias e conhecimento.

O segundo, mais recente, coordenado pela professora Dra. Marília X. Cury (2016, 2019) em parceria com os povos indígenas do centro-oeste paulista (Kaingang -Terras Indígenas de Icatu e Vanuíre; Terena - Terras Indígenas Icatu e Araribá; e Guarani Nhandewa- Terra Indígena Araribá), vem trazendo novas leituras sobre coleções arqueológicas e etnográficas coletadas há décadas nessa porção precisa do estado. Esse trabalho culminou na exposição "Resistência Já: fortalecimento e

união das culturas indígenas", exibida no MAE/USP.

A exposição contou com a participação dos povos listados em todos os processos da curadoria, desde a escolha dos objetos que seriam expostos até a composição do discurso expográfico, o qual abarca relatos pessoais dos membros das aldeias supracitadas. Trata-se de objetos coletados entre os séculos XIX e XX por pesquisadores e indígenas que atuaram nessa região, como Kurt Nimuendaju, Herbert Baldus, Egon Schaden, entre outros.

A exposição expressa experiências pessoais e coletivas permeadas pelo uso e produção desses objetos que hoje compõem o acervo do MAE/USP. Os objetos são, portanto, o elemento que desencadeia a memória (FIENUP-RIORDAN, 2003).

Em ambos os casos o contato com os acervos possibilitou conexões intergeracionais: os mais jovens, a partir dos relatos dos mais velhos, puderam conhecer objetos desconhecidos que não são mais utilizados. Essa experiência desperta nos povos indígenas o interesse pela preservação dos objetos em museus, uma vez que guardados eles podem ser consultados no futuro (SILVA, 2012).

No interior paulista, podemos tomar como exemplo as experiências do Museu Histórico e Pedagógico "Índia Vanuíre"⁶, localizado no município de Tupã. A instituição, criada em 1968, é uma das muitas inauguradas ao longo do traçado da linha férrea (Estrada de Ferro Noroeste do Brasil), tendo sua origem atrelada às frentes de expansão colonial do oeste paulista, movimento histórico que impactou significativamente os povos indígenas dessa região (ver CURY, 2012; RODRIGUES, 2007).

Assim como os demais museus desse projeto, o museu Índia Vanuíre foi criado para preservar e exaltar a história local, enaltecendo a figura de seus patronos. No entanto, a instituição tem vivido um importante processo de modernização, pautado na reflexão de suas práticas e atuação social (CURY, 2012). As ações de modernização incluíram a aproximação com os indígenas locais, notadamente os Kaingang e Krenak, que ocupam a TI Índia Vanuíre⁷. Uma das ações principais compreende a elaboração de uma nova exposição de longa duração, intitulada "Tupã Plural" (2010), na qual participaram ativamente no processo de curadoria. De acordo com Cury:

O mais complexo nesse processo expográfico foram as discussões levadas a cabo pela equipe do Museu e os Kaingang e Krenak sobre o que ia para a exposição e por quê, ou seja, o que seria musealizado porque é um

⁶ O museu leva o nome de uma importante figura, a índia Vanuíre, que atuou como "tradutora e agente das táticas do Serviço para contato e aproximação de grupos indígenas arredios" (CURY, 2012, p. 56).

⁷ A TI Índia Vanuíre está localizada no município de Arco Iris, distante aproximadamente 30 km do Museu Índia Vanuíre.

patrimônio e o que é patrimônio para eles. Foram meses e muitas conversas e vivências conjuntas para chegarmos às opções de cada grupo. (CURY, 2012, p. 66)

Outra ação digna de menção são os eventos sediados no museu Índia Vanuíre, que contam com a participação de pesquisadores indígenas e não-indígenas, locais e externos. Esses eventos, tais como “Encontro Paulista de Questões Indígenas e Museus”, têm possibilitado o diálogo entre múltiplos atores sobre a representação e atuação dos povos indígenas nos museus.

Por meio desta série de Encontros que aproximam as investigações acadêmicas e as práticas dos museus indígenas como as do Museu Worikg (Sol Nascente, Kaingang, T.I. Vanuíre) e as do Museu AkãmOrãmKrenak (Novo Olhar Krenak, T.I. Vanuíre), o Museu Índia Vanuíre não só contribui para afirmar e qualificar os primeiros passos de museologia indígena em território paulista como também estimula a criação de outras iniciativas dessa tipologia, como a do Museu Terena, em formação na Aldeia Ekeruá (T.I. Araribá). (CURY, 2020, p. 10)

A experiência do museu Índia Vanuíre é ímpar no contexto dos museus interioranos e por isso merece destaque. Contudo, devemos considerar que sua modernização foi possível diante da proximidade física com aldeias indígenas e do aparato financeiro e estrutura de gestão da instituição, uma vez que se trata de um museu vinculado à Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) da SEC – Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. Além disso, o museu é administrado pela Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari (ACAM Portinari), uma organização social de cultura com sede em Brodowski, São Paulo.

Considerações finais

As ações colaborativas aqui apresentadas integram uma nova ordem social. De acordo com Marstine (2011) e Kreps (2011) uma nova ética tem sido cobrada das instituições museológicas, a qual deve atender às necessidades de uma sociedade plural. O reconhecimento dos museus como instituição ativa no processo de construção do conhecimento é imprescindível para que um novo código de ética seja formado (MARSTINE, 2011). Nessa premissa, o foco de atuação do museu é a sociedade e não os objetos em si, ou seja, as relações que as pessoas estabelecem com os objetos (KREPS, 2011; MARSTINE, 2011; VAN VELTHES et al, 2017). Assim, atendendo as demandas sociais, as demandas operacionais relacionadas a salvaguarda são atendidas no processo. Nas palavras da autora: “the new museum ethics stresses

the agency to do good with museum resources. This is not to say that objects lose out; when museums meet the needs of society, they meet the needs of objects in the process" (MARSTINE, 2011: 8).

Nesse cenário, a colaboração se faz essencial na étnica museológica do século XXI, pois é a partir dela que o museu conseguirá rever seu discurso e atuação social (KREPS, 2011).

Assumir uma perspectiva colaborativa é um importante passo para a descolonização das instituições museológicas. No entanto devemos entender que ela é um meio e não um fim e deve ser feita de forma equilibrada, caso contrário, reforçará novas relações de poder permeadas pelo colonialismo (KREPS, 2011).

Para descolonizar os museus de fato, é preciso assumir os impactos reais do colonialismo sobre as sociedades indígenas e na construção do mundo global e homogeneizante. Para Lonetree (2009), por exemplo, esse processo se dá a partir de dois movimentos: a exposição das "duras verdades" (*hard truth*) do colonialismo e a valorização da resistência indígena diante das ofensivas coloniais. Assim, é urgente que entendamos o colonialismo e suas facetas na atualidade, uma vez que a violência do estado contra os povos originários é uma constante (LONETREE, 2009; KREPS, 2011).

As reflexões acerca do papel dos museus na sociedade reverberaram no renascimento da antropologia dos museus. Contudo, o museu não mais se coloca como espaço que recebe a pesquisa, mas sim como objeto de estudo.

Das últimas décadas, no Brasil, a ampliação do conceito de patrimônio ensejou renovado interesse entre os antropólogos, que passaram a refletir sobre o assunto enquanto um campo de sentido etnográfico fortemente conectado ao diálogo interdisciplinar (VAN VELTHEM, KUKAWKA & JOANNY, 2017, p. 736).

Para Thomas (2010), essa nova antropologia está menos ligada à academia e mais associada ao engajamento público. O foco das pesquisas antropológicas dos museus tem sido a influência dos museus na construção do conhecimento e da sociedade. Nesse contexto, as exposições têm papel fundamental, pois nelas o público interage com os objetos, os quais devem ser exibidos sempre dentro de um discurso expográfico.

Além disso, interessa à antropologia lançar um olhar crítico para seu próprio trabalho ao longo dos séculos, questionando o poder das relações embutidas em sua disciplina. Para Kreps (2011), a descolonização dos museus é um grande desafio e que as ações colaborativas devem ser feitas com critérios bem estabelecidos, caso contrário, os povos indígenas continuarão sub-representados nos museus.

Referências

BELK, R. W.; WALLENDORF, M.; SHERRY, J.; HOLBROOK, M. ROBERTS, S. **Collectors and collecting**. *Advances in Consumer Research*, 15: 548-553. 1988.

CARNEIRO DA CUNHA, M. **Cultura com aspas**. São Paulo, UBU, 2017.

CARNEIRO DA CUNHA, M.; MAGALHÃES, S. B.; ADAMS, C.; (Org.) **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil** [recurso eletrônico]: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. São Paulo: SBPC, 2021. Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/livro/povostradicionais8.pdf>.

CURY, M. X. **Museologia, Comunicação Museológica e Narrativa Indígena**: a Experiência do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuêre. *Museologia & Interdisciplinaridade*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília. Vol.1, nº1, jan/jul de 2012.

CURY, M. X. **Relações (possíveis) museus e indígenas – em discussão uma circunstância museal**. In: LIMA FILHO, M.; ABREU, R.; ATHIAS, R. (Org.). *Museus e atores sociais: perspectivas antropológicas*. Recife: UFPE: ABA, 2016. p. 149-170.

CURY, M. X. **Museu e exposição**: o exercício comunicacional da colaboração e da descolonização com indígenas. In. GALÚCIO, A. V. & PRUDENTE, A. L. (Org.). *Museu Goeldi: 150 anos de ciência na Amazônia*. Belém, 2019.

CURY, M. X. Introdução. In: CURY, M. X. (Org.). **Museus etnográficos e indígenas**: aprofundando questões, reformulando ações. São Paulo: Secretaria de Cultura e Economia Criativa: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo : Museu Índia Vanuêre, 2020.

DIAS, J.B. **Histórias contadas**: análise de uma experiência entre os Anishinabe. *Horizontes Antropológicos*, 25(53):257-281. 2019.

FIENUP-RIORDAN, A. **Yup'ik elders in museums**: fieldwork turned on its head. In: PEERS, L. e BROWN, A.K. (Eds). *Museums and source communities*. A Routledge reader. Londres: Routledge. 2003. Pp. 28-41.

FIENUP-RIORDAN, A. **From consultation to collaboration**. In: BROEKHOVEN, L. van; BUIJS, C. e HOVENS, P. (Eds). *Sharing knowledge and cultural heritage: first nations of the Americas*. *Studies in Collaboration with indigenous peoples from Greenland, North and South America*. Leiden: Sidestone Press. 2010. Pp. 1-5.

GUEDES, L. **Shifting paradigms in musealization:** the participation of indigenous people in the Rio de Janeiro Indian Museum. *ICOFOM Study Series*, 49(1): 91-106. 2021.

HAFNER, D. **Objects, agency and context:** Australian Aboriginal expressions of connection in relation to museum artifacts. *Journal of Material Culture*, 18(4):347-366. 2013.

HASINOFF, E.L. e BELL, J.A. **Introduction: the anthropology of expeditions.** In: BELL, J.A. e HASSINOFF, E.L. (Eds) **The anthropology of expeditions:** travel, visualities, afterlives. New York: Bard Graduate Center. 2015. Pp. 1-11.

KNOWLES, C. **Exposing the heart of the museum:** the archaeological sensibility in storeroom. In: HARRISON, R; BYRNE, S. E CLARKE, A (Eds). *Reassembling the collection. Ethnographic museums and indigenous agency.* Santa Fe: School for Advanced Research Press. 2013. Pp. 229-257.

KREPS, C. **Changing the rules of the road:** post-colonialism and the new ethics of museum anthropology. In: In: MARSTINE, J. (editor). *Redefining ethics for the twenty-first-century museum (The Routledge Companion to Museums Ethics).* Routledge, London. 2011. Pp. 70-84.

LIMA, L.P. **A comunicação em museus e a temática indígena em exposições:** questões gerais e desafios atuais. In: CURY, M.X. (Org.). *Museus etnográficos e indígenas: aprofundando questões, reformulando ações.* Secretaria de Cultura e Economia Criativa; ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 2020. Pp. 203-220.

LIMA FILHO, M.; MORAIS, M.C.R.; YABAGATA, L.; SILVA, L.S. **Interculturalidade e saberes compartilhados:** estudo da Coleção William Lipkind (1938-1939) do Museu Nacional/UFRJ. In: In: M. Lima Filho; N. Porto (eds). *Coleções Étnicas e Museologia Compartilhada.* Goiânia: Editora da Imprensa Universitária. 2019. Pp. 133-164.

LONETREE, A. **Museums as sites of decolonization.** Truth telling in National and tribal museums. In: SLEEPER-SMITH, S. *Contesting knowledge. Museums and indigenous perspectives.* Lincoln/London: University of Nebraska Press. 2009. Pp. 322-337.

MARSTINE, J. **The contingent nature of the new museum ethics.** In: MARSTINE, J. (Ed). *Redefining ethics for the twenty-first-century museum (The Routledge Companion to Museums Ethics).* Routledge, London. 2011. Pp. 3-25.

MACDOUGALL, B. e CARLSON, M.T. **West side stories.** The blending of voice and representation through a shared curatorial practice. In:

SLEEPER-SMITH, S. Contesting knowledge. Museums and indigenous perspectives. Lincoln/London: University of Nebraska Press. 2009. Pp. 156-191.

MISAN, S. **A implantação dos museus históricos e pedagógicos no Estado de São Paulo (1956-1973)**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. São Paulo, 2005. QUEIROZ, C. **Possibilidade de repatriação de bens culturais mobiliza debate sobre manejo de coleções formadas a partir de legado colonial**. Revista Fapesp. Set/2020. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2020/09/078-083_repatriacao_295.pdf.

ROCA, A. **Acerca dos processos de indigenização dos museus: uma análise comparativa**. Mana, 21(1):123-155. 2015 (a).

ROCA, A. **Museus indígenas na Costa Noroeste do Canadá e Estados Unidos: colaboração, colecionamento e autorrepresentação**. Revista de Antropologia, 58(2):117-142. 2015 (b).

RODRIGUES, R. A. **Os Caçadores-Ceramistas do Sertão Paulista: um estudo etnoarqueológico da ocupação Kaingang no Vale do Rio Feio/ Aguapeí**. Tese (Doutorado Em Arqueologia) –MAE-USP, São Paulo, 2007. SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, F.A. **Os Asurini do Xingu no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP)**. In: CURY, M.C; MELLO VASCONCELLOS, C. DE E ORTIZ, J.M. Questões indígenas e museus. Debates e possibilidades. Brodowski: Secretaria de Estado e Cultura/ACAM Portinari/Museu de Arqueologia e Etnologia. 2012. Pp.163-172. THOMAS, N. The museum as method. Museum Anthropology, 33(1):6-10. 2010.

TORRENCE, R. e CLARKE, A. **Creative colonialism: locating indigenous strategies in ethnographic museum collections**. In: HARRISON, R.; BYRNE, S. E CLARKE, A. (Eds). Reassembling the collection. Ethnographic museums and indigenous agency. Santa Fé: School for Advanced Research Press. 2013. Pp. 171-195.

VELTHEM, L. H. van **Museus, coleções etnográficas e a busca do diálogo intercultural**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi (Ciências Humanas), 12: 101-114. 2017.

WICHERS, C. A. M. **Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas**. Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia/USP. São Paulo, 2012.

CADÊ O MUSEU QUE ESTAVA AQUI?
*Um relato sobre a vivência, as perspectivas colaborativas e a
comunicação entre o Museu Municipal de Arqueologia de Monte
Alto e a estrutura universitária.*

João Vítor Marcon Camargo²

Resumo: Este relato pessoal sobre a experiência junto ao Museu Municipal de Arqueologia de Monte Alto pretende ser uma síntese contrária ao típico discurso acadêmico neutro, científico e distanciado, como um adestramento da prática do nosso trabalho. Pretendo expor o histórico de colaboração junto a uma instituição museológica local ligada à estrutura universitária tradicional, que promove a descentralização dos acervos arqueológicos a partir da pesquisa acadêmica, da formação profissional e da educação patrimonial. Nesse percurso, exponho escolhas e entraves no contato com a comunidade local - especialmente o público escolar - e o Poder Público, além do cotidiano da luta construída junto aos trabalhadores de museus com o objetivo de se fazer cumprir a função social, comunicativa e transformadora dos museus numa chave antirracista e anticolonial, e voltada para a educação popular.

Palavras-Chave: Educação Patrimonial; Arqueologia Colaborativa; Musealização.

Abstract: This personal report talks about my experience at the Municipal Archeology Museum of Monte Alto and intends to be a synthesis opposed to the typical neutral, scientific and distanced academicism discourse, as a reduction of the practice of our daily work. I intend to expose the history of collaboration with a local museum linked to the traditional university structure, which promotes the decentralization of archaeological collections based on academic research, the training of professionals and heritage education. Along this path, I expose the choices and obstacles in contacting the local community - especially the scholar public - and with the Public Power, besides the daily struggle built with museum workers in order to fulfill the social, communicative and transformative functions of museums in an antiracist and anti-colonial way, aiming for a popular education in our practice.

² Bacharel e licenciado em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP) e mestrando em Arqueologia pelo PPGArq - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP) – e-mail: joaovitormarcon@usp.br

Keywords: Heritage Education; Collaborative Archaeology; Musealization.

1 - Um breve histórico: o Museu Municipal de Arqueologia de Monte Alto e a descentralização dos acervos

Em primeiro lugar, é necessário contextualizar o nosso local de trabalho, o Museu Municipal de Arqueologia de Monte Alto. Este museu, localizado no município de Monte Alto (região Centro-Norte do Estado de São Paulo, Região Metropolitana de Ribeirão Preto) foi elaborado como resultado das ações de extensão universitária e musealização do Projeto Turvo, projeto arqueológico acadêmico estabelecido por meio de convênio público entre a Universidade de São Paulo e a Prefeitura Municipal de Monte Alto, intermediado pelo Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE/USP). A pesquisa arqueológica no município começou em 1992, a partir de prospecções realizadas nos bairros de Água Limpa, Anhumas e Barreiro, na zona rural do município, pela arqueóloga Prof^ª Dr^ª Márcia Angelina Alves (MAE/USP), resultando no registro de três sítios arqueológicos. A partir de 1993, iniciaram-se escavações sistemáticas no sítio Água Limpa, pela expressividade de sua cultura material cerâmica e lítica, a abundância de vestígios faunísticos e malacológicos relacionados à alimentação e à presença de sepultamentos primários e secundários resultantes de uma ocupação que se estendeu por no mínimo doze séculos, entre ocupação e reocupação (1524+-212 anos AP a 335+-35 anos AP) na localidade que dista 5,8 km em linha reta do marco zero de fundação da cidade (ALVES, 2013; BELO, 2007; FERNANDES; 2001; MAGALHÃES, 2019).

O Museu foi montado em 1999, a exemplo de experiências anteriores de musealização no contexto de projetos regionais de arqueologia, como o Projeto Paranapanema e o Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas "Mário Neme" (hoje nomeado Centro Regional de Arqueologia Ambiental), de Piraju-SP, conhecido como Casa da USP. A sede do Museu Municipal de Arqueologia de Monte Alto comporta espaço expositivo, sala de educativo, laboratório/reserva técnica e alojamento no mesmo prédio, incitando a convivência nos espaços educativos quando da imersão nos trabalhos de campo da arqueologia pelos pesquisadores da USP e demais universidades. Sua exposição envolve o material resultante das campanhas de escavação de 1993 e 1994, e foi nomeada "Povoamento pré-histórico no vale do Turvo". Com modelo nas exposições de "museus de sítio", esta foi concebida como um instrumento de divulgação turística e da preservação da memória sobre os modos de vida das populações indígenas ocupantes do atual território do município (ALVES, 2008).

Até junho de 2022 foram expostos materiais cerâmicos - ressaltando a presença da pintura vermelha, em particular na cerâmica, e a abundância de uma cerâmica de superfície escurecida e sem

decorações plásticas, além de vetores sociais da fiação de fibra vegetal (fusos) e do consumo do milho (cuscuzeiro) - líticos (ressaltando a abundância de instrumentos polidos, lâminas de machado, almofarizes e mãos de pilão, além de peças com funcionalidade dúbia como os virotes, além de uma indústria lítica lascada expressiva por sua tecnologia de produção) - faunísticos (com a exposição de ossos associados ao consumo e às estruturas de combustão de 23 espécies de mamíferos, 3 espécies de répteis e também indicativo de pesca e coleta de gastrópodes terrestres e lacustres) - e sepultamentos humanos. Estes, ganharam foco na expografia, sendo que um sepultamento (denominado S10) se encontrava exposto completo, articulado, com acompanhamento funerário, da forma como foi exumado entre 1993 e 1994, e restaurado.

Segundo a narrativa expográfica, o objetivo de sua presença na exposição de longa-duração é a divulgação da singularidade do padrão funerário dos sepultamentos primários, e da discussão acerca da indefinição de seu gênero a partir do olhar binário europeu, uma vez que apresenta os acompanhamentos funerários comuns aos "sexos biológicos" feminino (cerâmica associada aos membros inferiores) e masculino (cerâmica associada à cabeça/membros superiores), identificado para os demais indivíduos, sendo que sua análise bioantropológica apontou como inconclusiva a definição do sexo e idade (ALVES & CHEUICHE MACHADO, 1996; ALVES 2003, 2018).

O Museu Municipal de Arqueologia de Monte Alto² tem passado por uma reforma e ampliação do seu espaço expositivo desde meados de junho de 2022, contemplando uma demanda antiga do local. Essa ampliação contempla principalmente a construção de uma área para futuras exposições de introdução à arqueologia brasileira, como também um espaço educativo para desenvolvimento de atividades e dinâmicas internamente ao prédio. Esse momento crítico coloca a possibilidade de repensarmos os moldes dessa instituição não apenas em termos expográficos, mas também no que diz respeito à sua integração com a população local e com os públicos visitantes, prezando pela construção do museu como um local de vivência e convivência, e não apenas um destino de visitaçao (WICHERS, 2014).

Com relação à base comunitária do MMAMA, esta é evidenciada desde o processo de identificação de materiais arqueológicos na região - dada em 1988, pelo então diretor do Museu de Paleontologia, Prof. Antonio Celso de Arruda Campos, e notificada ao Museu Nacional, que intermediou o contato junto ao MAE/USP (ALVES, 2013, p. 2019) - até o envolvimento social despertado pela convivência entre pesquisadores externos às instituições e os cidadãos de Monte Alto, funcionários das demais instituições museológicas do município,

² Daqui em diante referenciado por vezes como MMAMA.

artistas e interessados pela cultura, possibilitado pela convergência de atividades na localidade do Centro Cívico e Cultural "Dr Elias Bahdur"³.

Localizado no centro da cidade, o Centro Cívico e Cultural abriga em um espaço de cerca de 15000 m² diversos aparatos culturais, como o Cine-Teatro Municipal "Dr. Antônio Mazza" (com possibilidade de alternância entre as estruturas de cinema e teatro), o Conservatório Musical "Maestro Mário Veneri" (com cursos em cerca de 20 instrumentos), a Biblioteca Municipal "Dr. Júlio Raposo do Amaral", um auditório (chamado popularmente de anfiteatro, embora não se caracterize arquitetonicamente como tal) e três museus: Museu de Arqueologia "Hypólyto Barato", Museu Histórico e Cultural "Dr. Fernando José Freire de Andrade" e Museu de Paleontologia "Prof. Antonio Celso de Arruda Campos". Além disso, o local conta com um Centro de Artes, base para ensino infantil de música, canto e artes plásticas, e para a Secretaria de Turismo e Cultura, à qual é vinculada a administração do local (ALVES, 2008) e com uma concha acústica na área externa, inaugurada em 2020, reservada à realização de shows, ensaios e espetáculos abertos. Outro detalhe importante de se notar é a proximidade do local com a nascente do rio Turvo, que nasce no perímetro urbano e corre a poucos metros do CCeC, fornecendo contato com a pequena área de mata preservada em suas margens que, mesmo escassa e contingenciada pelo traçado da Rodovia José Pizarro, abre espaço para o contato com animais silvestres como macacos-prego, bugios, tucanos, teiús, tatus e saruês, todos esses observados com frequência nas proximidades dos museus. A gestão do local é totalmente pública, envolvendo funcionários administrativos, cargos políticos comissionados, agentes culturais concursados, professores em remoção do ambiente escolar e trabalhadores da limpeza e da segurança, estes direcionados da Guarda Patrimonial Municipal.

É interessante notar que o aparato cultural e turístico construído no espaço é bastante valioso à comunidade, sendo destaque com relação à disponibilidade concomitante de instituições científicas, educativas e culturais diversas, e servindo como cenário de atração de um turismo científico, notadamente observado na frequência de um público estimado de 30 mil pessoas/ano para os três museus, cujo público marcadamente escolar é proveniente não somente da Região Metropolitana de Ribeirão Preto, como também de outros estados do Brasil. Com relação à produção científica, além da já citada relação do Museu de Arqueologia com a Universidade de São Paulo, há parcerias concluídas e em curso deste e do Museu de Paleontologia com pesquisadores e instituições nacionais e internacionais, notadamente com a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade

³ Daqui por diante, referenciado por vezes como CCeC.

Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade de Londrina (UEL) e Universidade de Bristol (Reino Unido), que se destinam principalmente às análises das coleções salvaguardadas pelas instituições.

O Museu Histórico e Cultural, por sua vez, é caracterizado como único dos museus municipais que não foi alvo de um processo curatorial sistemático sobre sua exposição atual, que consiste na totalidade de objetos em salvaguarda, em exceção à documentação, nos moldes de antigos gabinetes de curiosidades (TRIGGER, 2004), em que a variedade e a estranheza das coleções serve como distintivo para sua valorização enquanto conhecimento enciclopédico. Apesar da falta de uma linearidade no discurso expositivo, incentivada pela descontextualização e exposição total das peças recebidas motivada pela pressão social dos doadores do acervo visitantes do espaço⁴, o Museu Histórico e Cultural serve explicitamente ao papel de corroborar a narrativa tradicional do povoamento local a partir da colonização da área, ocorrida nas décadas finais do século XIX, centrada no engrandecimento da figura de Porfírio Luiz de Alcântara Pimentel, caracterizado enquanto “desbravador”, “fundador”, “capitão” e político pelos municípios de Monte Alto, Monte Aprazível e São José do Rio Preto entre as décadas de 80 e 90.. Esta narrativa dispersa num fragmento de uma exposição está intimamente entranhada na memória social dos habitantes de Monte Alto, que narram com frequência a biografia do fundador e comentam seus grandes feitos - o maior deles sendo a criação da próspera vila de Bom Jesus de Pirapora de Monte Alto das Três Divisas (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALTO, 2023)⁵ - e têm como natural o reconhecimento dos marcos resultantes dessa ocupação: os bustos e pinturas de Porfírio Luiz nos espaços públicos, o obelisco de marco zero da ocupação na Praça Central, as fronteiras do município...

Construí, particularmente, uma vivência nesse contexto através de alguns anos passados nas diversas experiências imersivas junto ao alojamento localizado nas dependências do Museu Municipal de Arqueologia. Desde 2019, tive seis estadias que variaram normalmente entre 1 e 20 dias, período e frequência suficientes para que tenha, pessoalmente, me aproximado de figuras locais envolvidas, de alguma forma, com os museus municipais, entre gestão, funcionários e ex-funcionários, amigos dos museus. Criei uma leitura do espaço que, em certa medida, também me pertenceu, e definiu minha comunidade de colegas de trabalho, conterrâneos, parceiros e cidadãos, ao menos temporariamente, em uma condição dialética de observador

⁴ É interessante notar a contradição no argumento, uma vez que não há Plano Museológico para esta ou para as demais instituições municipais que orientem os processos de salvaguarda e gestão dos acervos acumulados através da pesquisa acadêmica e/ou do colecionismo e doação pelos locais.

⁵ PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALTO. Monte Alto: Nossa História. Disponível em <<http://montealto.sp.gov.br/site/nossahistoria/>>. Acesso em 28 de setembro de 2023

participante (EZPELETA & ROCKWELL, 1986).

Com relação ao prédio ocupado pelo MMAMA, sua destinação foi alvo de intensas negociações. A partir de 1992, como relatado pela pesquisadora idealizadora do Projeto Turvo, Dr^a Márcia Angelina Alves: o espaço pretendido para instalação foi a estrutura de um restaurante, que fora desativado, e que conta com piso térreo no nível dos demais prédios do CCEC, além de um subsolo, até então utilizado como depósito. O piso térreo foi destinado à criação do “Anfiteatro”, como é popularmente chamado o espaço de um auditório que é utilizado esporadicamente para eventos culturais, ensaios, formações de profissionais e professores do setor público, entre outras atividades. O Museu de Arqueologia, em 1999, passou a ocupar o subsolo, cujo acesso foi possibilitado através da construção de uma rampa externa e uma escada, criando obstáculos para identificação e integração da Arqueologia ao circuito de visitação dos outros dois museus e do CCEC como um todo.

A lógica segregatória para com a arqueologia ganhou força na última década a partir de reconfigurações no organograma da Secretaria de Turismo e Cultura, a qual estão vinculados os Museus. A política de nomeação de professores municipais enquanto diretores de cada uma das três instituições museológicas, adotada a partir de 2005 (ALVES, 2008), foi descontinuada em 2019 e é realizada atualmente de maneira única e centralizada por uma coordenadoria de museus, sem que haja diretores específicos para cada área ou mesmo um museólogo a níveis administrativo e científico, o que acaba por agravar a falta de um direcionamento programático pela prevalência da paleontologia, única área que conta com especialista no âmbito municipal.

Os estudos paleontológicos de Monte Alto se destacam pela ocorrência de diversas espécies, inéditas e reconhecidas, do Cretáceo Superior (cerca de 70 milhões de anos atrás) (TAVARES et al, 2007) e este fato acaba por criar a referência desta como a “terra dos dinossauros”, como reforçado na divulgação das redes sociais e portal público da cidade, além da construção recente de logotipos, marcas e produtos de marketing com a temática paleontológica, como a Praça dos Dinossauros (São Cristóvão), a Turminha do Museu (voltada à divulgação dos museus, mas que inclui apenas personagens dinossauros) e o mais recente mascote do Museu de Paleontologia, Dineissauro (SECRETARIA DE TURISMO DE MONTE ALTO, 2023)⁶.

2 - Ensinando a Transgredir: política de formações como ferramenta interventiva

Em nosso último período em Monte Alto, destinamos nossas ações à

⁶ Mídia eletrônica. Disponível em <<https://montealto.sp.gov.br/site/turismo/>> e <<https://www.instagram.com/turismo.montealto/>>. Acesso em 28 de setembro de 2023

realização de análises laboratoriais sobre o lítico e ao desenvolvimento de atividades educativas e formativas junto ao público e aos trabalhadores dos museus, de maneira a melhor investigar o isolamento da Arqueologia com relação aos demais museus e compreender nossa possibilidade de ação.

A definição dos objetivos partiu de uma sondagem aos funcionários, gestão e administração local⁷ sobre o que os mesmos consideravam a causa desse fenômeno, questionamento que gerou o diagnóstico desde o desconhecimento da abrangência da arqueologia como ciência, passando pela dificuldade de interpretação da exposição em sua última configuração através de seus recursos textuais e materiais (com a colocação de que tudo isso seria “muito acadêmico e “pouco recreativo”) até o distanciamento gerado nos trabalhadores e públicos pela estranheza da convivência no espaço expositivo com sepultamentos humanos, que frequentemente desperta o imaginário simbólico, a ética e a espiritualidade subjetiva de trabalhadores e públicos.

Elaboramos em conjunto um ciclo de formação, que me dispus a conduzir enquanto pesquisador e educador, a ser implantado ao longo de minha estadia em adaptação à disponibilidade dos funcionários do CCeC⁸, composto de três eixos cujas temáticas foram “Museu”, “Patrimônio” e “Arqueologia”. A escolha por temáticas gerais se deu pela escolha dos funcionários do CCeC, que demandaram uma introdução para que pudéssemos discutir sobre aquilo que nos unia: o trabalho coletivo em instituições museológicas que visam a educação, a intervenção social, o diálogo sobre o patrimônio e a sua defesa. Nas formações ocorridas entre a manhã do dia 14 de março e a tarde de 15 de março de 2023, surgiram pontos críticos para discussão que ajudaram na definição das distintas posições entre o elemento externo (eu) e a localidade em suas variadas determinações.

Entre elas, destacamos a situação, na formação sobre “Museu”, ocorrida na manhã do dia 14 de março no espaço do “Anfiteatro”, em que, após um breve histórico sobre a formação colonialista e nacionalista das instituições museológicas, pautado na exposição de

⁷ Neste artigo optamos pela ocultação de nomes e referências específicas ao coletivo referenciado em vista de estarmos em fase de adequação às diretrizes do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de São Paulo, dada abrangência recente da questão educativa por parte da pesquisa de mestrado da qual é resultante esse documento.

⁸ A princípio, essa dinâmica envolveria todos os funcionários do espaço, sem exceção, integrando trabalhadores dos museus e aqueles envolvidos com a limpeza, segurança e manutenção do espaço, além de funcionários da administração municipal. A este convite, a Secretária de Turismo e Cultura, responsável pelo espaço e pela gestão de pessoal do local, respondeu que seria impossível a liberação de funcionários e o fechamento dos espaços expositivos dos museus enquanto das formações, restrições estas que resultaram na reprodução do distanciamento entre trabalhadores e no prejuízo à integração das diferentes esferas pretendidas, tornando as formações espaços restritos àqueles já inseridos no contexto imediato dos museus, o que não era o objetivo prioritário das atividades.

casos de pilhagem colonial comuns a museus do Norte global (AYALA, 2020; BRULON, 2020), discutimos acerca da prática aristocrática, classista e racista do controle de acesso com base em um documento histórico que marca o período de abertura da primeira exposição pública do Museu Nacional no Rio de Janeiro, a Portaria de 24 de outubro de 1821:

Manda Sua Alteza Real, o Príncipe Regente, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino participar ao Conselheiro Diretor Geral dos Estabelecimentos Literários e Científicos do Reino que haja por bem, aprovando o expediente que expôs no seu Ofício de 16 do corrente que faculta a visita do Museu na quinta-feira de cada semana desde as dez horas da manhã até a uma da tarde não sendo dia santo, a todas as pessoas assim Estrangeiras como Nacionais que se fizerem Dignas disso pelos seus conhecimentos e qualidades e que para conservar-se nessas ocasiões a boa ordem e evitar-se qualquer tumulto, Tem o mesmo Senhor ordenado que a Repartição de Guerra que no referido Dia se mandem alguns soldados da Guarda Real da Polícia para fazer manter ali o sossego que seja conveniente. (KOPTCKE, 2005)

Após a leitura conjunta do documento, este ponto foi relacionado com a recente reflexão da coordenação dos Museus sobre a presença da Guarda Municipal no espaço interno às instituições. Segundo o argumento, a presença de guardas garantiria a ordem das turmas escolares e a salvaguarda dos materiais expostos, principalmente do Museu Histórico e Cultural, frequentemente tocado pelos visitantes. A partir desse episódio, contextualizamos que a presença de autoridades civis nesse contexto remonta ao mesmo passado colonial, de controle dos corpos pautada na cisão sujeito -objeto e da autocracia da instituição museológica (BRULON, 2020), sendo que o descaso dos visitantes se dá com relação à falta de perspectiva sobre o que é o patrimônio e seu processo de salvaguarda, passado por questões que tangem a sinalização, a inadequação do espaço de guarda e de exposição e do percurso expositivo e indo em desencontro à democracia do espaço público.

A situação serviu de gatilho para discutirmos a intervenção do museu na sociedade, a partir da apresentação do conceito de museu definido pela Declaração de Santiago do Chile, em 1972, reconhecida pela integração latino-americana, e elaboração do olhar sobre a museologia social, como uma

(...) instituição ao serviço da sociedade, que adquire, comunica, e notadamente expõe, para fins de estudo, conservação, educação e cultura, os testemunhos representativos da evolução da natureza e do homem (ICOM, 1972, grifo nosso)

Frisamos, neste momento, aqueles termos que mais dão conta do papel social dos museus enquanto instrumentos de educação e intervenção na sociedade. Pontuamos que a configuração dos museus municipais presentes em Monte Alto, enquanto “museus de cidade” (Ibidem), têm como objetivo a exposição das contradições do desenvolvimento urbano no local e que isso coloca missões explícitas para a incorporação entre os trabalhos expográficos e de pesquisa, sobretudo, dos museus Histórico e Cultural e de Arqueologia pelas narrativas díspares sobre o passado de ocupação do território.

Por fim, discutimos a importância de espaços de formação e da integração entre gestão, pesquisadores e educadores, no sentido da construção de um processo de educação permanente. Alinhamos a necessidade da criação de um serviço educativo para o Museu de Arqueologia e a reconfiguração dos demais, segundo suas necessidades específicas, tendo como centralidade o objetivo de comunicar, muito além de transpor informação (MENESES, 1996), ainda segundo os princípios da resolução da Mesa de Santiago do Chile (ICOM, 1972).

A integração entre as três instituições museológicas municipais se deu em outro momento, na discussão sobre a interdisciplinaridade como elemento fundamental na construção de museus atuais em seu papel para com a sociedade, como posto pelas teses da Nova Museologia na Declaração de Quebec (1984). Outro ponto em comum levantado nas discussões foi a ausência de Plano Museológico para os museus, em desacordo com a obrigatoriedade colocada pela Lei Nº 11904, de 14 de janeiro de 2009, que atribui ao IBRAM a responsabilidade de subsídio técnico para tal, e a necessidade de suprir essa demanda em um médio-prazo, o que demanda ainda a continuidade dos trabalhos a partir da organização de GTs sobre Plano Museológico e sobre Formação de Professores e Funcionários de Museus.

Finalizamos as discussões reconhecendo a necessidade de formações direcionadas para o público assíduo - majoritariamente o público escolar, entendidos enquanto comunidade de alunos, professores e demais profissionais da educação - com o intuito de aproximar as escolas dos museus e os museus das escolas. Nesse sentido, podemos refletir sobre qual público escolar deve ser objetivado na busca ativa e na concepção das exposições, da formatação e apresentação dos textos, na promoção de atividades e oficinas, além de transpor a ideia ao concreto na criação de um espaço educativo incorporado às áreas internas e externas do prédio do MMAMA, direcionada a exposições temporárias, à educação patrimonial e à vivência do público junto ao museu, pensando a relação museu-escola como uma sociedade possível (ALDEROQUI, 1996), com o museu oferecendo o que pode à estrutura escolar, tanto em contraponto à sua formalidade quanto em métodos de cativar e despertar oportunidades de ensino-aprendizagem no contexto formal. Da mesma forma, construímos um

canal para uma discussão ainda mais ampla, acerca de como os museus podem se aproximar das escolas, tanto com o oferecimento de formação de professores na temática da história indígena quanto na presença de materiais didáticos no contexto escolar, a exemplo de outros projetos desenvolvidos por museus universitários como aporte para o ensino de História Indígena, obrigatória no ensino básico segundo a Lei Nº 11.645 de 2008 (CURY, VASCONCELLOS & ORTIZ; VASCONCELLOS, 2019).

Em outra ocasião, na manhã do dia 15 de março, sentados em roda em meio ao espaço expositivo do Museu Histórico e Cultural, demos início à formação sobre "Patrimônio", ao compartilhar com os presentes objetos os quais consideramos "de valor", conforme havia sido proposto no dia anterior. Foi possível discutir sobre cada apresentação, que sugeriram como objetos de valor desde a materialidade (livro, caderno de desenho, fotografias, relógio, pedras) até a imaterialidade (a família, as memórias, os momentos especiais) chamando atenção para a diferença entre valor de uso e valor de troca (valor) (MARX, 2013, e para as dimensões material e imaterial daquilo que estava sendo valorizado por nós, estando essa valorização intrinsecamente ligada ao contexto histórico cultural ao qual estão relacionados os usos, as representações, as expressões e os conhecimentos constituídos em torno da comunidade e suas identidades (RECA, 2019). Isso foi uma propícia introdução para a discussão dos conceitos de patrimônio cultural imaterial e material, artístico e histórico, distanciando o "valor" de seu cunho mercadológico, reforçado por aquilo que é alvo das políticas culturais, promovido como patrimônio e ratificado pelas leis na sociedade capitalista (FERREIRA, 2004).

Na tarde do mesmo dia, na última formação do ciclo com temática "Arqueologia", escolhemos trabalhar junto aos presentes a dimensão histórica dessa ciência, o conceito de cultura material e sua importância na evidência da história indígena de longa-duração da ocupação do território local (KATER, LOPES, 2021; CORREA, 2013), em contraponto à narrativa oficial eivada de preconceitos acerca da história pré-colonial e o avanço da empresa colonial sobre aquela região do Estado, e a favor da mobilização em torno da ação política e dos direitos indígenas. Ambientados no espaço expositivo do Museu Histórico e Cultural, rodeados pelos retratos de ex-prefeitos e de Porfírio Luiz de Alcântara Pimentel, partimos da discussão do samba da Estação Primeira de Mangueira, ganhador do Carnaval de 2019, para nos aprofundarmos nessa noção, com foco para o trecho que segue:

interpretações das pinturas rupestres zoomorfas (Fig. 6). A exemplo disso, Almeida, Etchebehere e Rampaneli (2017) indicam que as datações dos vestígios paleontológicos do *Blastocerus dichotomus* (KINOSHITA et al., 2014), fauna representada em diversos registros rupestres do parque (CAMPOS e BUCO, 2021), permitiram concluir que a região em estudo, entre 20 e 25 mil A.P. era bem mais úmida

do que o atual, com várzeas e áreas inundadas. Essa caracterização paeloambiental confere com os dados do paleoclima e da paleovegetação estudados por Santos (2007), que estabelece que, há 18.000 BP, inicia-se a retração das florestas úmidas.

Brasil, meu denço
 A Mangueira chegou
 Com versos que o livro apagou
 Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento
 Tem sangue retinto pisado
 Atrás do herói emoldurado
 Mulheres, tamoios, mulatos
 Eu quero um país que não está no retrato
 (G.R.E.S. ESTAÇÃO PRIMEIRA DE MANGUEIRA, História Para Ninar Gente Grande, 2019, grifo nosso.)

Esse momento surgiu como um gatilho para discussão do passado de ocupação indígena da área, e o apagamento histórico provocado pela colonização moderna (MARX, 2013), que contribuiu para o apagamento e esteriotipação do referencial indígena da parcela da população descendente de vítimas de um processo de genocídio e epistemicídio. Frente a esse episódio, comentando sobre a brutalidade de "indígenas pegos no laço" (SILVA, 2018), fomos surpreendidos pela manifestação de duas trabalhadoras dos museus, que relataram no espaço sua ancestralidade indígena, subterrânea até então. Uma destas, natural de Monte Alto, disse que por vezes escutou histórias sobre sua avó e seu avô terem sido "pegos no laço", mas que nunca teve noção de que esse termo se referia ao processo violento de sequestro, estupro e assimilação forçada por parte do colonizador. Assim, avançamos na compreensão do engajamento político da arqueologia, da contraposição ao discurso do "descobrimento" e do compromisso com a constituição de um novo imaginário sobre a história indígena do território, cenário que faz necessária uma postura dos museus cada vez mais alinhada a uma educação antirracista voltada para a tomada de consciência política (JULIO, 2022; SILVA, 2018; RIBEIRO, 2023), e da concepção da identidade não a partir do olhar sobre o Outro, eivado de preconceito e de colonialismo, mas da alteridade, da noção de identidade enquanto imaginada, transformativa, compartilhada e conflituosa, como algo para questionar e ser questionado (DENARDO, 2018; MENESES, 1993).

Ao final da formação, ao confrontar imagens de um filtro de água cerâmico, produto característico de uma cidade vizinha à Monte Alto - filtro de barro "São João", de Jaboticabal (BELLINGIERI, 2004), comum à maioria das casas dos participantes e aos seus relatos sobre métodos antigos de filtragem da água - e da cerâmica com pintura vermelha do sítio Água Limpa (IKEOKA, 2014), avançamos na compreensão do objeto

da arqueologia enquanto a materialidade, seja esta do passado ou do presente, a partir de um olhar sobre a estética, os usos e a apropriação cultural das indústrias cerâmicas pré-coloniais e contemporâneas pelas sociedades relacionadas pela ocupação de um território em diferentes conjunturas históricas.

Figura 1: Estrutura utilizada nas formações do dia 15 de março de 2023, em meio ao espaço expositivo do Museu Histórico e Cultural.



Foto do autor.

3 - Arqueologia Pública e Museologia Social: avanços e entraves para os museus locais

Na mesma estadia em Monte Alto, avançamos na realização de atividades educativas patrimoniais relacionadas à Arqueologia, com o oferecimento de uma oficina de zines, em 16 de março de 2023, para turmas de 5º e 6º anos de uma escola particular de Sertãozinho - SP, com cerca de 46 alunos, agendada anteriormente e incorporada às ações previamente pensadas. Nesta situação, a turma foi convidada a desenvolver um material de divulgação do Museu de Arqueologia, que serviria para a inauguração de seu novo espaço expositivo. Após uma breve contextualização sobre a arqueologia de Monte Alto, foi possibilitado o contato dos presentes no espaço com a materialidade arqueológica, através da exposição e manuseio de peças cerâmicas e líticas, objetivando ativar através da sensibilidade e do objeto a atenção e o engajamento dos presentes no processo de ensino-aprendizagem (MENESES, 1996; ALMEIDA, 2013). Na semana seguinte, receberíamos uma outra escola particular de Monte Alto para a realização de

escavação de um sítio arqueológico simulado, elaborado sob minha coordenação junto a um funcionário do Museu de Paleontologia, nas próprias dependências do CCeC. O direcionamento das atividades de educação patrimonial nesse momento se dava por restrição, por parte da coordenação, da aplicação das oficinas propostas às turmas já agendadas, que no período observado entre 6 e 25 março de 2023 resultava majoritariamente em escolas particulares - o que passava a comprometer a construção de um projeto popular de educação.

Frente a isso, em contato com uma funcionária da administração municipal, procedemos com o convite a duas escolas públicas para participação no espaço das oficinas de escavação simulada no dia 22 de março de 2023. Estiveram presentes nas atividades uma turma de 4º ano da Escola Municipal de Ensino Básico Profª Oraildes Barroso Zocco, com 25 alunos (na parte da manhã) e outra turma de 3º ano do Ensino Médio, da Escola Estadual Nelly Bahdur Cano, com 17 alunos (na parte da tarde), contando em ambas as situações com o apoio de dois ou três agentes culturais deslocados dos Museus de Paleontologia e Histórico e Cultural, além do envolvimento das professoras responsáveis pelas turmas nas exposições e na introdução de conceitos aos alunos. Os resultados das atividades foram de grande engajamento do público, com manifestação de interesse na participação por demais escolas (públicas e privadas) do município. Foi possível, nas oficinas, sanar dúvidas e construir um pensamento científico de distinção entre paleontologia e arqueologia, frequentemente confundidas e aproximadas no contexto da proximidade dos museus municipais de Monte Alto, além de noções sobre o método arqueológico de escavação e os resultados da pesquisa local, como a evidenciação de uma ocupação indígena de longa duração a poucos quilômetros da sede municipal, a exemplo de outras práticas comuns ao ensino de arqueologia, e ao público infanto-juvenil (ALMEIDA, 2001).

Incitados pelo entusiasmo proporcionado pela experiência de educação popular, nos comprometemos a não deixar esse processo se esvaír. Para tanto, planejamos, em reuniões presenciais junto ao Poder Público, atividades para a comemoração do aniversário do MMAMA, em 22 de abril de 2023, colocando-me à disposição para participação nas atividades da Semana de Museus do IBRAM, incentivando a independência e autonomia da gestão local na aplicação das mesmas, considerando que a experiência dos profissionais envolvidos foi também um princípio para a realização das atividades educativas de formação e do acompanhamento dos mesmos às oficinas temáticas.

Ao assumir o compromisso da presença com a comunidade local, para mim, prevaleceu aquilo que aprendi com o ditado em língua bantu "ondakausongo": a palavra é uma flecha, uma bala, que depois de atirada da boca não volta atrás (SLENES, 2007). Como uma quebra de expectativas, recebi no dia 15 de abril de 2023 a notícia de que a comemoração do aniversário do Museu estava sendo cancelada,

sugerindo que as atividades fossem incorporadas à Semana de Museus daquele mesmo ano, uma vez que a gestão apontava como impossível a concessão de materiais e de funcionários para a realização das atividades propostas. As atividades seriam as mesmas realizadas anteriormente (oficinas de zines e de escavação simulada, realizadas nas dependências do CCeC), acrescidas de uma oficina cerâmica - a qual organizaria junto a dois artistas ceramistas locais, amigos do Museu de Arqueologia⁹. Um dos impedimentos apresentados foi a proposta da realização desta última de maneira externa ao CCeC, uma vez que a atividade de produção cerâmica pretendia ser realizada na Praça dos 500 anos, local da cidade construído em homenagem ao marco inicial da colonização brasileira, e que se pretendia contrapor pela intervenção temporária (Figura 2). A própria ocupação desta praça pelo Museu de Arqueologia já havia sido sugerida pela própria administração, que não seguiram pela problemática envolvida.

Figura 2: Praça dos 500 anos.



Reprodução: Prefeitura Municipal de Monte Alto- SP.¹⁰

⁹ Conhecemos estes artistas através da aproximação dos mesmos junto ao Museu de Arqueologia a partir do interesse e engajamento político com a pauta indígena. Uma destas, Larissa Leite Tosetti, é graduada em engenharia agrônoma (ESALQ/USP), com especialização em educação ambiental (CESCAR/UFSCAR) e mestrado em Ciências (ESALQ/USP), tendo experiência em processos participativos e na docência, tendo exercido cargo de professora na UNEMAT.

¹⁰ Disponível em: <<http://montealto.sp.gov.br/site/nossahistoria/>>. Acesso em 28 de setembro 2023.

A mesma dinâmica se seguiu com relação à incorporação do Museu de Arqueologia na 21ª Semana de Museus do IBRAM, ocorrida de 15 a 19 de maio passados. Em 3 de maio, quando liberada a programação completa do evento para Monte Alto e as demais localidades participantes, o Museu de Arqueologia não constava mencionado em quaisquer das atividades listadas para ocorrer no município²², embora houvesse a programação das atividades no cronograma acordado. Fui informado, por comunicado oficial via e-mail, que

Sobre a não-inscrição do Museu de Arqueologia na Semana de Museus do IBRAM deste ano, como já justificado anteriormente, a decisão administrativa tomada foi a mesma ocorrida durante o processo de reforma dos Museus de Paleontologia e Histórico e Cultural, nada além disto (SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA DE MONTE ALTO, 2023, comunicação pessoal).

Esse momento, pessoalmente, representou uma frustração política. O envolvimento que despertou esperança de um novo museu, de um pensar museológico mais participativo e próximo da comunidade, foi aquele trazido pelo contato com estudantes, professores e trabalhadores interessados e ansiosos pelo prosseguimento das atividades. A negação do Museu de Arqueologia representou não apenas o reforço de estruturas políticas que incentivaram, até então, o isolamento deste com relação às demais instituições municipais, como também corroborou uma postura conservadora com relação aos museus no geral: se o espaço expositivo está fechado, o museu está fechado, pois o museu está reduzido à configuração predial. O que não é real.

Para nós, como para Hélio Oiticica, “o museu é o mundo” (OITICICA FILHO, 2012) e não apenas seu prédio. O Museu de Arqueologia de Monte Alto esteve presente nas formações realizadas junto aos trabalhadores de museus, nas ações educativas patrimoniais, na plenária sobre o patrimônio cultural que organizamos de maneira híbrida no dia 24 de março²² - que contou com a presença de professores, trabalhadores e membros do Conselho de Cultura, além de artistas e moradores do município. Nesse espaço, foram tirados encaminhamentos no sentido da demanda pública pela contratação de profissionais para os museus, pela construção de uma reserva técnica adequada às três instituições museológicas e pela formação

²² INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). Programação Sudeste. Museus Sustentabilidade e Bem-Estar. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1TZBYfbjGkjFonaCb1z8S-PuxLmAa4R/view>>. p. 184.

²² Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=SO2LEAV0FIE>>. Acesso em 28 de setembro de 2023.

de professores junto às redes municipal e estadual de ensino. Além desse espaço, o MMAMA esteve projetado na pesquisa de seus acervos nos laboratórios da Universidade de São Paulo, na divulgação científica no exterior... o Museu está presente e aberto, basta abrir os olhos para enxergá-lo em tantos outros lugares que não o seu espaço expositivo, que está sendo pensado à luz das problematizações que seguem nesse seu período de “não existência”.

Considerações finais

As atividades de formação, concebidas de forma conjunta junto aos trabalhadores dos museus municipais, se sobressaem enquanto espaços de crítica, integração e diálogo com a comunidade. Oficinas abertas com temática arqueológica, como as de escavação simulada e de produção de zines impulsionam a reflexão, a elaboração de conceitos e a imaginação de novos futuros, com relação ao público escolar. A repercussão dessas atividades contribuiu, em suma, para uma aproximação no sentido da leitura e intervenção na realidade museológica e social nas dimensões do ensino e do trabalho.

O Museu de Arqueologia toma novos rumos ao questionar os públicos como comunidades além de cidadãos restritos ao território administrativo de um município, mas como grupos sociais acionados politicamente por sua prática. Este direcionamento coloca a necessidade de diálogo com as populações indígenas do Estado de São Paulo e a abertura do Museu como lugar de suas expressões, de seu reconhecimento e alteridade - e resulta em políticas como a retirada de sepultamentos humanos e sua requalificação junto aos indígenas (AYALA, 2020).

Nesse tempo, o Museu e eu permanecemos abertos ao contato com os artistas locais, como Larissa Leite e Ulisses Zangerolami²³. Ambos foram fundamentais para compreender artistas como potenciais educadores alinhados ao movimento de valorização do patrimônio cultural, reforçando que a prática conjunta do trabalho não se destina à reprodução do patrimônio mercantilizado, coisificado e alienante, mas que se realiza enquanto valor social, estando os museus - nosso local de vivência e articulação - dificilmente apartados de sua função educativa e interventiva no nível da localidade.

Referências

ALDEROQUI, S. “Museo y escuela: una sociedad posible (entre prólogo y artículo)”. In: **Museos y escuelas: socios para educar**. Buenos Aires: Paidós, 1996. p. 29-43.

²³ Pintor, escultor e muralista montealtense, fez do CCEC um museu de arte a céu aberto, pela instalação de mosaicos na totalidade dos prédios do espaço.

ALMEIDA, M. B. **O Australopiteco corcunda: as crianças e a arqueologia em um projeto de arqueologia pública na escola.** 2002. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2002.

_____. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 7, n. 1[7], p. 107–122, 2013.

ALVES, M.A. Documentação cerâmica contextualizada e as diferenças de gêneros nos sepultamentos primários do sítio Água Limpa, Monte Alto, São Paulo. **Canindé: Revista do Museu de Arqueologia de Xingó**, nº 3, p. 275-289, 2003.

_____. Estratigrafia, estruturas arqueológicas e cronologia do sítio Água Limpa, Monte Alto, S.P. **Canindé: Revista do Museu de Arqueologia de Xingó**, nº 4, p. 283-324. 2004.

_____. 2013. **Assentamentos e cultura material indígena anteriores ao contato.** Habilis Press, Erechim: 2013.

_____. Tradições arqueológicas ceramistas de dois povos jê: kayapó meridional e kaingang da região centro-norte de São Paulo. **R. Museu Arq. Etn.** 31: p. 1-21, 2018.

ALVES, M.A.; CHEUICHE MACHADO, L. 1996. Estruturas arqueológicas e padrões de sepultamento do sítio de Água Limpa, município de Monte Alto, São Paulo. In: **Anais da 8 Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira**, 1995, Porto Alegre.

AYALA, P. Arqueologías indígenas. Una mirada desde el sur. **Revista do MAE.** São Paulo, n.34: 2020.

BELLINGIERI, J. C. Água de beber: a filtração doméstica e a difusão do filtro de água em São Paulo. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 161-191, 2004.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM). **Declaração da Mesa de Santiago do Chile.** [S.l.] Santiago, 1972. Disponível em: <<https://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/museologia/3-1972-icom-mesa-redonda-de-santiago-do-chile.html>>. Acesso em 28 de setembro de 2023.

_____. **Declaração de Quebec.** [S.l.] Quebec, 1984. Disponível em: <<https://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/museologia/4894-1984-declaracao-de-quebec.html>>. Acesso em 28

de setembro de 2023.

CORRÊA, Â. A. Longa duração: história indígena e arqueologia. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 65, n. 2, p. 26-29, Junho 2013.

CURY, M. X.; VASCONCELLOS, C. de M.; ORTIZ, J. M. (coords). **Questões Indígenas e Museus: Debates e Possibilidades**. Coleção Museu Aberto. São Paulo: ACAM Portinari, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo e Secretaria de Estado da Cultura, 2012.
DENARDO, T. A. G. B. **Cadeias operatórias e sistema tecnológico do sítio Santa Luzia, município de Pedrinópolis, Minas Gerais**. 2018. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

EZPELETA, J.; ROCKWELL, E. **Pesquisa participante**. Trad. F. S. A. Barbosa. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986.

FERREIRA, L. Essas coisas não lhes pertencem: relações entre legislação arqueológica, cultura material e comunidades. **Revista de Arqueologia Pública**, n.7, julho 2013. Campinas: LAP/NEPAM/UNICAMP.

JULIO, S. Educação antirracista e história das mulheres indígenas: um diálogo urgente. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 285–296, 2022.

KATER, T.; LOPES, R. de A. Braudel nas Terras Baixas: caminhos da Arqueologia na construção de Histórias Indígenas de longa duração. **Revista de História**, [S. l.], n. 180, p. 1-35, 2021.

KOPTCKE, L. S. Bárbaro, escravos e civilizados: o público dos museus no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n.31, p. 186-205, 2005.

FILHO, C. O. (Org.); OITICICA, H. **Museu é o Mundo**. Portugal: Azougue, 2012.

MARX, K. **O Capital: crítica da Economia Política. Livro 1**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENESES, U. T. B. de. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). Anais do Museu Paulista. Nova série, no. 1, 1993.

RECA, M. M.; CANZANI, A. I.; LUZ DOMÍNGUEZ, M. C. Colecciones etnográficas y sus potencialidades educativas: una experiencia de activación patrimonial. **Midas**, n. 10, p. 1-17, 2019.

RIBEIRO, D. A atuação dos museus e de seus profissionais no combate ao racismo: experiências no Museu das Missões, no Museu Internacional da Escravidão e no AfricaMuseum. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, vol. 57, p. 1-26, 2023.

SILVA, M. P. M. "Minha avó foi pega no laço": a questão da mulher indígena a partir de um olhar feminista. In: II Seminário Internacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual, 2018, Goiânia. **Anais do Seminário Internacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2018. p. 752 - 763.

SLENES, Robert W. "Eu venho de muito longe, eu venho cavando": jongueiros cumba na senzala Centro-Africana. In: LARA, Silvia Hunold; PACHECO, Gustavo (Org.). **Memórias do jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein**. Vassouras, 1949. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2007.

TAVARES, S. A. S.; CAMPOS, A. C. A.; OSSIS, C.; BRIANI, D. C.; TAVARES, H. O. R. O Museu de Paleontologia de Monte Alto como disseminador do conhecimento paleontológico. In: CARVALHO I. S. C. et al (Org.). **Paleontologia: Cenários de Vida**. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2007, v. 02, p. 199-208.

TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico**. São Paulo: Odisseus Editora, 2004.

VASCONCELLOS, C. de M. Arqueologia e Educação Patrimonial: a experiência do MAE-USP. **Revista CPC**, n. 27, Dossiê Educação Patrimonial. 2019.

WICHERS, Camila. Dois enquadramentos, um mesmo problema: os desafios da relação entre museus, sociedade e patrimônio arqueológico. **Revista de Arqueologia**. Vol. 26, no. 02, 2013/vo.27, no. 01, 2014.

ACERVOS ARQUEOLÓGICOS E MEMÓRIAS NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO MUSEU DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – MANA/UFU

Robson Rodrigues¹
Aurelino José Ferreira Filho²
Marcel Mano³

Resumo: A constituição do MANA/UFU está associada a um grande esforço coletivo e a realização de reflexões em curso que têm como fundamentação uma perspectiva transdisciplinar. A partir dos diálogos com a salvaguarda de coleções arqueológicas resultantes dos resgates realizados nas décadas de 1980-90 na bacia do rio Araguari, Minas Gerais, neste percurso foram sendo trilhados os caminhos institucionais para a constituição desse museu universitário. Espera-se, ao final, que por meio desse processo se abram possibilidades de pesquisas, ensino, extensão, gestão, guarda e comunicação desses acervos, num movimento simétrico e de colaboração com os grupos indígenas organizados na região de Uberlândia e a universidade.

Palavras-Chave: Coleções Arqueológicas; Musealização; Gestão de Acervos; História Indígena.

Abstract: The creation of the MANA/UFU is associated with a great collective effort and the realization of ongoing reflections that are based on a transdisciplinary perspective. From the dialogues with the safeguarding of archaeological collections resulting from the rescues carried out in the 1980s and 90s in the Araguari river basin, Minas Gerais, in this routewere beingtrodden the institutional paths for the constitution of this university museum. In the end, it is hoped that this process will open up possibilities for research, teaching, extension, management, safekeeping and communication of these collections, in a symmetrical and collaborative movement with the indigenous

¹ Doutor em Arqueologia. É professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCCS/INCIS/UFU. Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: robson_arqueo@yahoo.com.br

² Doutor em História. É professor do Instituto de Ciências Humanas do Pontal/UFU. Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: aurelino.ufu@gmail.com

³ Doutor em Antropologia. É professor associado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais PPGCS/INCIS/UFU e Programa de Pós-Graduação em História – PPGH/INHIS/UFU. Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: marcelmano@ufu.br

groups organized in the Uberlândia region and the university.

Keywords: Archaeological Collections; Musealization; Collections Management; Indigenous History.

1 - Breve Histórico do Museu de Antropologia e Arqueologia da UFU – MANA/UFU

O Museu de Antropologia e Arqueologia, da Universidade Federal de Uberlândia – MANA/UFU, vem sendo gestado desde 2016 pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Arqueologia, Etnologia e História Indígena – GEPAEHI, cadastrado e certificado no CNPq⁶. Suas origens, porém, remontam ao ano de 2009 quando se iniciou na UFU o desenvolvimento de projetos e pesquisas nos campos da Antropologia, da Etnologia e da História Indígena nas regiões dos atuais Triângulo Mineiro, norte de São Paulo e sul de Goiás (FERREIRA FILHO, 2015; MANO, 2010; 2011, 2012, 2015). A partir de 2016, com a definitiva incorporação da Arqueologia, foram dadas tanto as condições empíricas como institucionais para a criação e cadastro do Grupo. Desde então, ele vem atuando em várias frentes para a criação e estruturação de um espaço dedicado à salvaguarda, restauro, conservação, estudo, pesquisa, fruição e exposição de acervos regionais no diálogo entre a Arqueologia, a Antropologia, a Etnologia e a História Indígena.

Uma dessas frentes foi a incrementação, nos cursos de graduação e pós-graduação do Instituto de Ciências Sociais-INCIS, do Instituto de História - INHIS, no Campus de Uberlândia, e do Instituto de Ciências Humanas-ICHPO, no Campus de Ituiutaba, da ambiência de estudos e pesquisas nessas áreas do conhecimento e nos seus diálogos empíricos e teórico-metodológicos. Foram, e ainda são desenvolvidos pelo Grupo projetos de pesquisas nos diferentes níveis de formação (da graduação ao pós-doutorado), com monografias, dissertações e teses já defendidas e outros trabalhos em andamento; alguns dos quais com financiamento de agências de fomento como CAPES, FAPEMIG e CNPq.

No mesmo caminho da formação de recursos humanos e difusão dos conhecimentos, entre 2016 e 2019 o Grupo ofereceu três Cursos de Extensão⁵ e dois Seminários de Pesquisas, todos cadastrados no Sistema de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – SIEX/PROEXC/UFU, voltados para o público interno e externo da Universidade. No

⁶ Os Cursos de Extensão foram: "Aproximações entre Antropologia, História e Arqueologia no estudo de tecnologia e cultura indígena", cadastro PROEXC-UFU n. 14179, 2016. "Educação Patrimonial", cadastro PROEXC-UFU n. 15542, 2017. "Formação em Métodos e Técnicas de Arqueologia: curadoria, análise de acervos e projetos de salvaguarda, cadastro PROEXC-UFU n. 17743, 2018. Havia um quarto curso de extensão programado para ocorrer em 2020: "Mito, memória e arqueologia no Triângulo mineiro em perspectiva decolonial e\ou da antropologia e arqueologia reversa"; porém por conta das condições sanitárias (covid/19) do país ele foi temporariamente adiado.

campo da divulgação do conhecimento, foram organizados quatro dossiês temáticos em revistas especializadas (MANO, RODRIGUES, 2017; FERREIRA FILHO, GIAVARA, 2018; RODRIGUES, ACÇOLINI, FERREIRA DE SÁ, 2018; MORI, MANO, 2019). Os resultados dessas frentes de atuação podem ser observados não apenas nas diferentes pesquisas, cursos e formação de recursos humanos, mas também nos inúmeros trabalhos apresentados em congressos e em variadas publicações, das quais duas já se dedicaram à discussão específica da criação e instalação do Museu (RODRIGUES, FERREIRA FILHO, MANO, 2019, 2020).

Tais ações gestaram na ocasião o projeto do Centro de Conservação e Restauro de Acervos Arqueológicos – CECRAAR UFU. Uma vez gestado o projeto, outra frente de atuação, por parte do GEPAEHI, ainda no ano de 2016, foi o de angariar apoio de importantes entidades locais como o Comitê da Bacia Hidrográfica Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba– CBH/AMAP, o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia – COMPHAC, da Superintendência Regional de Meio Ambiente – SUPRAM/MG, e do Ministério Público Federal em Uberlândia, bem como Ministério Público Estadual de Minas Gerais em Uberaba.

2 - O Acervo Arqueológico Inicial Salvaguardado pelo MAnA

Em paralelo às ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, outra frente de atuação do Grupo foi provocar o Ministério Público Federal a dar atenção para as ações que estavam ocorrendo no âmbito dos impactos em sítios e coleções arqueológicas. A intenção era incitar o MPF a aplicar as Leis Federais de proteção e preservação de Patrimônio Arqueológico, e dar vazão adequada a acervos oriundos de pesquisas realizadas em contextos de impactos ambientais; notadamente os acervos resultantes do salvamento à época da construção das Usinas Hidrelétricas-UHEs de Miranda e Nova Ponte, nos municípios de Indianópolis e Nova Ponte, respectivamente, ambas às margens do rio Araguari.

A petição então movida pelo GEPAEHI junto ao MPF instruiu a abertura de um inquérito civil⁶. Após anos de tratativas, em setembro de 2019, as empresas arroladas no processo (CEMIG e Engie – essa última concessionária da UHE de Miranda) se comprometeram em financiar o trabalho inicial e transferência definitiva dos acervos para a UFU, bem como a realização de novo inventário e curadoria de acordo com a Portaria IPHAN 196/2016, mediante envio do projeto para a Lei de Incentivo à Cultura - Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), atualmente gerenciado pelo Ministério da Cultura.

O acervo arqueológico de referência para a constituição, fundação e o início das atividades do MAnA/UFU será composto por

⁶ Inquérito civil n. 1.22.003.000314/2018-05 sob a Procuradoria da República em Uberlândia a cargo do Dr. Leonardo Andrade Barbosa.

um vasto conjunto de materiais lito-cerâmicos, metálicos, vítreos, dentre outros, resultante dos resgates arqueológicos das referidas Usinas Hidrelétricas. O acervo total gerado com as pesquisas arqueológicas no entorno da UHE Nova Ponte forma 180 coleções contendo materiais líticos, cerâmicos, metálicos, vítreos etc., constituindo um total de 32.463 peças. Porém, durante a realização da curadoria e análise deste acervo foram rejeitadas um total de 2.154 peças, representadas por pequenos fragmentos de cerâmica erodida e seixos-rolados. Após a conclusão dos trabalhos laboratoriais, o acervo⁷ reduziu-se para 30.309 peças (CEMIG/LEME, 1995⁸).

As pesquisas de campo resultantes do processo de salvamento arqueológico da UHE Miranda proporcionaram o registro de 194 evidências⁹ associadas a 44 ocupações humanas, dentre as quais 50 evidências foram consideradas sítios arqueológicos por apresentarem áreas bem definidas e caracterizadas por estruturas e volume de traços arqueológicos condizentes com implantações mais prolongadas. O restante foi registrado como indícios resultantes das diversas atividades periféricas desenvolvidas pelas populações pretéritas. Dos 194 indícios registrados, 96 foram representados por artefatos líticos e/ou resíduos de lascamento, e 98 por fragmentos de recipientes cerâmicos, totalizando 151 coleções. Durante as coletas de campo foram manuseadas 52.239 peças. Após a realização da curadoria, o acervo reduziu-se para 48.395 peças (CEMIG/IESA, 2001¹⁰).

Essa expressiva coleção arqueológica está há mais de vinte e cinco anos inadequadamente depositada em edifício da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, em Nova Ponte, e a ela não foi dada, ainda, tratamento e/ou destinação adequados, entendidos aqui como um conjunto de procedimentos que engloba o tripé preservação (diagnóstico, higienização, tratamentos, recuperação, curadorias, gestão e conservação); pesquisa (acadêmico-científica ou não); e extroversão (exposição, publicações e educação), entre outros

⁷ O acervo, além das peças arqueológicas, conta também com os documentos gerados pelas pesquisas, a saber: os relatórios finais de pesquisas, arquivos das fichas de registros de sítios arqueológicos; mapas de restituição topográfica e ortofotografia em escala 1:5.000 e 1:10.000; e relatório fotográfico.

⁸ CEMIG-LEME. Programa de Salvamento Arqueológico da UHE Nova Ponte. Atividades do Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais. Relatório Final - Estudos Ambientais, Belo Horizonte, 1995.

⁹ Como as referências e metodologias das respectivas universidades eram divergentes, alguns termos aparecem como "referência de ocorrências arqueológicas" e não "indícios arqueológicos". O primeiro termo está associado à localização de elementos materiais fortuitos e sem contexto definido. Já o termo "indício" acaba sendo mais amplo, pois envolve conjuntos de elementos materiais em contexto, mas desprovidos de estruturas ou mesmo que sofreram descaracterizações antrópicas, porém não se caracterizando como um sítio arqueológico.

¹⁰ CEMIG-IESA. Programa de Salvamento Arqueológico da UHE Miranda. Atividades do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, Universidade Federal do Paraná. Relatório Final. Estudos Ambientais, Belo Horizonte, 2001.

procedimentos que compõem a cadeia operatória da museologia, bem como conforme regulamenta o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN²².

3 - Processo de Criação e Institucionalização do Museu no Âmbito da Universidade

Concomitantes entre si, e na medida em que as tratativas objetivando a transferência do referido acervo para a UFU avançavam, o GEPAEHI concentrou seus esforços para institucionalizar na UFU um espaço de reserva técnica para salvaguarda de acervos arqueológicos, inicialmente pensado como Centro, e agora como Museu. Assim, desde 2016 tramitou nos Conselhos Acadêmicos do Instituto de Ciências Sociais INCIS e da antiga Faculdade de Ciências Integradas do Pontal - FACIP, atual Instituto de Ciências Humanas do Pontal-ICHPO, o projeto de criação do Centro de Conservação e Restauro de Acervos Arqueológicos - CECRAAR.

No segundo semestre de 2019, o projeto atraiu as atenções da administração superior da UFU e os seus coordenadores receberam a proposta da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEXC para transferência à mesma, agora não mais como projeto de um Centro, mas sim, e já tendo avançado internamente nas reflexões do Grupo, como sendo o projeto da criação de um museu universitário, o Museu de Antropologia e Arqueologia da UFU -MANA/UFU²². Sob algumas condições e acordos definidos entre as duas Unidades Acadêmicas (INCIS e ICH) e a Pró-Reitoria²³, no dia 08/11/2019 foi emitida a Decisão Administrativa COINCIS 59/2019 referente a proposta e condições de transferência do projeto do Museu para a PROEXC. Em face destas tratativas, em 10/12/2019, por meio da Portaria PROEXC n. 44, foi instituída a Comissão para criação e estruturação do Museu de Antropologia e Arqueologia da UFU²³.

A aprovação de criação do MANA/UFU no Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis - CONSEXC, aconteceu em abril de 2021,

²² Como definido pela Portaria nº. 196, de 18 de maio de 2016 que dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Arquivo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel.

²² No INCIS, o projeto inicialmente tramitou sob n. 08/2016 e hoje toda documentação a ele referente consta no processo SEI nº 23117.018176/2017-62. Com parecer favorável, o projeto de criação do Centro foi aprovado em reunião ordinária do COINCIS em 11/08/2016, e sua resolução, de n. 3/2019, foi aprovada no Conselho do Instituto de Ciências Sociais em 18/03/2019 (SEI/UFU - 1096670). Nas Faculdades Integradas do Pontal - FACIP, atual ICHPO, o projeto foi analisado na 11ª reunião ordinária do seu Conselho, o CONFACIP, de 11 de dezembro de 2017, sendo que se aprovou a participação do Curso de História do Pontal no mesmo ano.

²³ Arroladas no documento 1682354 Processo SEI nº 23117.018176/2017-62.

²⁹ Esta comissão foi composta pelos professores Marcel Mano (INCIS), na sua presidência, Robson Rodrigues (PPGCS-INCIS) e Aurelino José Ferreira Filho (ICHPO).

consolidando-se um novo modelo de gestão do espaço universitário a partir de uma responsabilidade tripartite, contando com a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, por meio da Diretoria de Cultura, e a cogestão do Instituto de Ciências Sociais e do Instituto de Ciências Humanas do Pontal, denominadas Unidades Associadas.

Em paralelo ao movimento interno que estava em curso na UFU, ainda durante o ano de 2021, o projeto do MAnA foi revisado e consolidado, tendo sido anexadas as documentações necessárias para envio ao Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura, atualmente vinculado ao Ministério da Cultura²⁵, para análise e aprovação. Neste período, porém, após análise técnica da Diretoria de Projetos e Orçamentos, da Prefeitura Universitária da UFU, foi proposta uma mudança do edifício que receberia o MAnA²⁶, passando para um edifício próprio da universidade localizado no Centro de Uberlândia, que está sendo estruturado para abrigar o Centro Cultural da Universidade. No novo prédio, a finalidade da reforma terá como objetivo adequar uma área de 245,00m², para abrigar o Museu.

Por conta dessa mudança, a equipe técnica da divisão de projetos e orçamentos da universidade realizou a elaboração do novo Projeto Arquitetônico de reforma do edifício e os projetos complementares: Combate a Incêndios; Hidrossanitário; Elétrico e Cabeamento estruturado, além de realizar a atualização orçamentária das obras de reforma. Após concluída esta etapa, todos os arquivos foram encaminhados pela consultoria especializada e responsável pela operação junto ao Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura²⁷.

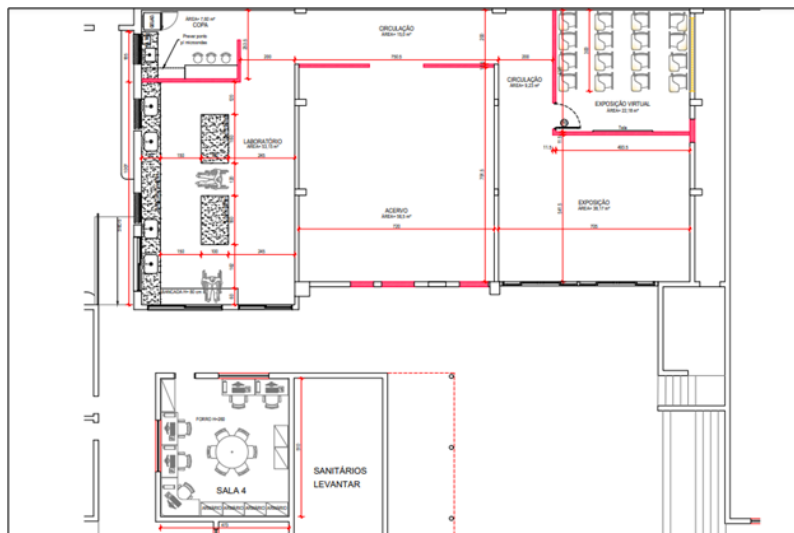
Adentrando o ano de 2022, após o processo seguir para apreciação do Conselho Universitário - CONSUN, instância máxima da UFU, no decorrer da tramitação do processo nesta instância, depois de sanadas todas as dúvidas por parte dos respectivos conselheiros, a votação da Criação do Museu de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Uberlândia - MAnA/UFU foi concluída e sua aprovação se deu a partir da Resolução CONSUN nº 32, de 28 de março de 2022²⁸, que dispôs sobre a criação definitiva do Museu, como equipamento cultural da Universidade, definindo-se também a gestão compartilhada da instituição museal.

²⁵ Anteriormente, o Sistema estava vinculado à Secretaria de Cultura, vinculado ao Ministério do Turismo.

²⁶ Anteriormente a destinação de espaço seria de uma Unidade Administrativa localizada na Avenida Engenheiro Diniz, Bairro Martins, em Uberlândia e que se encontra em comodato para a UFU.

²⁷ A Incentive Consultoria foi a empresa responsável por toda a operação junto ao Sistema do Ministério da Cultura.

²⁸ A referida Resolução está disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSUN-2022-32.pdf>

Figura 1: Planta baixa do Museu nas dependências do Centro Cultural da Universidade.

Fonte: Divisão de Projetos da Diretoria de Infraestrutura UFU.

Visando futuras parcerias e convênios, trocas de experiências e a própria divulgação do MAnA/UFU, ainda neste ano, representantes da Comissão de Criação e Estruturação do Museu visitaram o Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, e, em 2022, o Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás, ocasiões nas quais tratativas foram estabelecidas para acordos futuros. Nesse período, também estava ocorrendo o acompanhamento do Projeto junto ao Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura – SALIC, que funciona como um sistema unificado que permite o envio e o acompanhamento de propostas culturais. Esse Sistema foi criado basicamente com a intenção de digitalizar e centralizar todas as informações pelo Governo Federal e, por isso, sofreu sucessivos entraves empreendidos pelo modo como a Gestão Federal estava conduzindo o tema e criando dificuldades no próprio Sistema²⁹. A última etapa de avaliação ocorreu a partir

²⁹ Entre os anos de 2021 e 2022, já na inserção dos dados do projeto conceitual conforme definido pela legislação, assim como documentos necessários à apresentação da proposta, o sistema apresentava falhas e apresentava informação em desacordo com a previsão da lei. A partir daí iniciou-se uma série de contatos com o setor de admissibilidade do Governo Federal, em Brasília, sendo que os contatos se deram por meio de ligação telefônica e, também, pelo campo de comunicação dentro do próprio sistema. Em resposta a informação de retorno era que o assunto seria um problema de sistema e que a questão deveria ser tratada somente com o setor de Tecnologia de Informação do Ministério. Ocorreram várias tentativas, tanto por ligações até e-mails enviados ao setor responsável, mas sem retorno. Muito lentamente se notava alterações no sistema e o projeto conseguia avançar na análise técnica do setor responsável da Secretaria Especial de Cultura, do Ministério do Turismo.

da análise técnica pelo órgão responsável, nesse caso, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sendo que, após emissão do parecer técnico anexado no SALIC, o projeto foi finalmente aprovado em julho de 2023.

Com o avanço do processo na Universidade, nova etapa se instaura em abril de 2023, conforme Portaria PROEXC n. 157, por meio da qual foi criada a Comissão mista responsável pela elaboração de Minuta de Regimento Interno do Museu de Antropologia e Arqueologia da UFU – MAnA/UFU. Em um movimento de diálogo, na perspectiva de estabelecer novas propostas de gestão, a elaboração deste importante documento incorpora a participação ativa e colaborativa de grupos autodeclarantes indígenas e de movimentos negros do município, tendo o desafio de se criar espaços colaborativos, com definições de papéis e formas de participação que serão estabelecidas no próprio regimento interno do Museu²⁰.

EM CONCLUSÃO: As Condições do Museu no Âmbito da Universidade

O museu de Antropologia e Arqueologia da UFU – MAnA/UFU, será estruturado em espaço físico adequado que acomodará acervos antropológicos e arqueológicos com condições de conservação, acondicionamento e segurança; com equipamentos para armazenamento de dados, informações e documentos, facilitando o acesso e uso pela comunidade abrangente e científica, bem como para outros fins, como organização de exposições temáticas, educação patrimonial, cursos de extensão e realização de eventos científicos.

Esta instituição acadêmica se define como um núcleo responsável por realizar a curadoria e guarda de acervos arqueológicos e antropológicos a partir da triagem, preparação, higienização, conservação, catalogação e análises dos acervos gerados pelas pesquisas realizadas, de modo particular, nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, mas também como Instituição de Guarda e Pesquisa que endossa as pesquisas arqueológicas avaliadas e aprovadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, sendo aptas a receber a guarda de bens arqueológicos. Nesse sentido, o Museu vai compor o Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa - CNIGP, mantido pelo Centro Nacional de Arqueologia – CNA, do IPHAN.

²⁰ A comissão responsável pela elaboração do Regimento Interno do MAnA/UFU é composta por Aurelino José Ferreira Filho (ICHPO) presidente da comissão, Anderson Portugal (ICHPO), Carlos Eduardo Moreira de Araújo (ICHPO), Simone Aparecida dos Passos (ICHPO), Marcel Mano (INCIS), Robson Antônio Rodrigues (PPGCS), Patrícia Vieira Tropic (INCIS), os discentes Isaac Pereira Silva (INCIS), Eduardo José da Costa (ICHPO) e representantes da Sociedade Civil Antônia Aparecida Rosa, Maria de Lourdes Lima Soares (Movimento dos Indígenas não Aldeados - MInA - Uberlândia), e Edson Adolfo da Silva (Associação indígena ANDAIÁ - Araxá).

Para o devido acondicionamento dos acervos arqueológicos nas dependências do MAnA será necessário a constituição de uma reserva técnica adequada aos padrões atuais da conservação, guarda e segurança, contendo equipamentos que atendam às necessidades de proteção e preservação. Além disso, haverá um sistema informatizado para armazenamento de dados, informações e documentos, facilitando o acesso e uso pela comunidade científica, bem como para outros fins, como organização de exposições temáticas e cursos de extensão e de especialização, assessoria em processos de licenciamento ambiental, na gestão e acesso aos acervos dos patrimônios arqueológicos salvaguardados, atuando na conservação, acondicionamento e segurança dos acervos

Nesse aspecto, o MAnA se constitui como um polo de estudos, de pesquisas, de extensão universitária, de reserva técnica, de salvaguarda, de curadoria de acervos, de exposição e educação patrimonial; e promoverá debates e ações de proteção, preservação, musealização e patrimonialização de acervos constituídos por escavações em sítios arqueológicos e outros bens de valor antropológico existentes na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba-MG, e de outras regiões do Estado de Minas Gerais, desde que alinhados à finalidade do museu.

Enquanto frentes de atuação do GEPAEHI no âmbito da Universidade, e em consonância com a criação do MAnA, está se consolidando um ambiente de estudos e pesquisas nas áreas de conhecimentos do Grupo e de seus diálogos empíricos e teórico-metodológicos. Como acima mencionado, foram e são desenvolvidas ações em diferentes campos.

Realizou, ainda, trabalhos de campo voltados para o diagnóstico e perspectivas para o estudo e salvamento de sítios arqueológicos existentes em abundância na região; cujas atividades incluíram a realização de prospecção arqueológica extensiva e ações de Educação Patrimonial em alguns municípios do Triângulo Mineiro, e atividades no campo da Etnoarqueologia, uma das quais – na comunidade de Santa Rita em Ituiutaba - resultou num etnomapa dos sítios arqueológicos e patrimônios históricos da localidade.

No campo da extensão, os coordenadores do GEPAEHI atuaram como pareceristas em Inquéritos Civis do Ministério Público Federal em investigações a respeito dos impactos em sítios arqueológicos nos municípios do Triângulo Mineiro como Carneirinho, Capinópolis e Cachoeira Dourada, bem como a respeito da situação das populações indígenas em contexto urbano nos municípios de Uberlândia e Ituiutaba.

Em face dessas atividades, e como também acima mencionado, foi-se constituindo em torno do projeto uma rede ampla de apoiadores que entenderam o Museu de Antropologia e Arqueologia-MAnA da Universidade Federal de Uberlândia-UFU como espaço transdisciplinar de diálogos e estrutura de gestão compartilhada para o qual deva confluir o patrimônio arqueológico e antropológico regional, e cuja

novidade é justamente a de ser uma instituição intercampus e de gestão coparticipativa entre unidades acadêmicas em diálogo entre si e com os movimentos e grupos sociais organizados.

Referências

CEMIG-IESA. **Programa de Salvamento Arqueológico da UHE Miranda**. Atividades do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, Universidade Federal do Paraná. Relatório Final. Estudos Ambientais, Belo Horizonte, 2001.

CEMIG-LEME. **Programa de Salvamento Arqueológico da UHE Nova Ponte**. Atividades do Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais. Relatório Final - Estudos Ambientais, Belo Horizonte, 1995.

FERREIRA FILHO, A. J. (org). **Índios no Triângulo Mineiro: história, arqueologia, fontes e patrimônio – pesquisas e perspectivas**. Uberlândia, EDUFU, 2015.

FERREIRA FILHO, A. J.; MANO, M.; RODRIGUES, R. A produção de um território patrimonial: sítios testemunhos e contextos histórico-arqueológicos da ocupação indígena pré-colonial e colonial da região do atual Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - MG. In: **Anais da VIII Semana de História do Pontal e VII Encontro de Ensino de História**. Ituiutaba: UFU, 2021. v. 1. p. 1-18.

FERREIRA FILHO, A. J.; RODRIGUES, R.; MANO, M. . Arqueologia e Patrimônio Arqueológico no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba-MG: O Centro de Conservação e Restauro de Acervos Arqueológicos - CECRAAR. In: **Anais do 5º Seminário Preservação de Patrimônio Arqueológico**. Rio de Janeiro-RJ: MAST-PPGPACT, 2019. v. 1. p. 478-486.

FERREIRA FILHO, Aurelino J.; GIAVARA, Eduardo. Patrimônio, cultura material e imaterial: diálogos e perspectivas. Dossiê **Revista Albuquerque**, vol. 10, n. 19, 2018.

LEME ENGENHARIA. **Acervo e Mostra Arqueológicos**. Manual de Operação. Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG - Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Leme Engenharia. Belo Horizonte. MG. 1995.

MANO, Marcel. Metáforas históricas e realidades etnográficas: a construção de uma história dos contatos dos Kayapó no Triângulo Mineiro. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**. 23(2), p. 325-347, 2010.

MANO, Marcel. Contato, guerra e paz: problemas de tempo, mito e história. **Política & Trabalho**. 34(1), p. 193-211, 2011.

MANO, Marcel. Sobre as penas do gavião mítico: história e cultura entre os Cayapó. **Tellus**, 22, p. 133-154, 2012.

MANO, Marcel. Índios e negros nos sertões das minas: contatos e identidades. **Varia História**, 31, p.511-546, 2015.

MANO, Marcel, RODRIGUES, Robson A. Povos Indígenas: entre a Antropologia, a Arqueologia e a História. Dossiê Revista **Crítica e Sociedade**, v. 7 n. 1, 2017

MANO, Marcel; RODRIGUES, Robson A., FERREIRA Filho, Aurelino J. Patrimônio Arqueológico indígena no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba-MG: Ações de Preservação e Proteção de Acervos no Ambiente da Universidade Federal de Uberlândia. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, vol. 33, n.1 p. 141-167, 2020.

MANO, Marcel; MORI, Robert. Os Povos Indígenas na História: agenciamentos, direitos e lutas. Dossiê **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, ano 32, número 2, 2019

RODRIGUES, Robson. Proteção e Salvaguarda do Patrimônio Arqueológico no Triângulo Mineiro a Partir da Constituição do Centro de Conservação e Restauro de Acervos Arqueológicos na Universidade Federal de Uberlândia. In: **Anais do II seminário de direitos culturais: patrimônio, cidadania e culturalidades**. Uberlândia-MG: OAB-MG, v. 1. p. 1-3, 2019.

RODRIGUES, Robson; ACÇOLINI, Grazielle; TEIXERIA DE SÁ, Mario. Religiões, religiosidade, etnicidade e cultura material. Dossiê Revista **Ñhanduty**, vol. 06, n 09, 2018.

RODRIGUES, Robson; MANO, Marcel; FERREIRA FILHO, Aurelino. Acervos arqueológicos musealizados e gestão no MAnA-UFU. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 34, n. 1,p. 89-109 2021.

O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CENTRO ARQUEOLÓGICO DA UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA

Marina da Fonseca Lopes²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo abordar sobre a criação do Centro Arqueológico na Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), tendo como ponto de partida o ano de 2021, como marco inicial das atividades técnicas nesta instituição. Proponho uma reflexão sobre os desafios encontrados no processo de institucionalização do espaço, bem como um breve resgate histórico recente da trajetória de trabalho desta instituição, que é desenvolvida por docentes, técnicos e discentes, das áreas de Arqueologia, Museologia, Ciências Biológicas e História. Com essa escrita, busco compartilhar com a sociedade e comunidade acadêmica as limitações e o trabalho desenvolvido através da pesquisa, ensino e extensão.

Palavras-chave: Arqueologia; Museus; Acervos Arqueológicos.

Abstract: The aim of this article is to discuss the creation of the Archaeological Center at the University of Western Santa Catarina (UNOESC), with 2021 as the starting point for technical activities at this institution. I propose a reflection on the challenges encountered in the process of institutionalizing the space, as well as a brief review of the recent history of the work of this institution, which is developed by teachers, technicians and students in the areas of Archaeology, Museology, Biological Sciences and History. With this writing, I aim to share with society and the academic community the limitations and the work carried out through research, teaching and extension.

Keywords: Archeology; Museums; Archeological Collections.

1 - Introdução

O Centro Arqueológico da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) foi implantado em função do Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta, n.º 06.2011.00000267-6, do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC), por seu Órgão de Execução titular do cargo da 13ª Promotoria de Justiça da Comarca

² Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) – e-mail mfl.arqueologia@gmail.com

de Lages, aos atingidos pela implantação do empreendimento Usina Hidrelétrica (UHE) Garibaldi, inserido nos municípios de Abdon Batista, Cerro Negro, Campo Belo do Sul, Vargem e São José do Cerrito, estado de Santa Catarina, empreendimento de responsabilidade da Rio Canoas Energia S.A.

A título de medida compensatória pelos danos provocados ao patrimônio histórico, cultural, arquitetônico e paisagístico, o empreendedor ficou responsável pela criação e manutenção de uma reserva técnica para salvaguardar os bens culturais móveis resgatados durante as pesquisas arqueológicas realizadas na fase de instalação do empreendimento, durante um período mínimo de 5 (cinco) anos.

Diante deste cenário, a Universidade do Oeste de Santa Catarina, campus Joaçaba, foi escolhida para receber este investimento, sendo assim, a China Three Gorges Corporation (CTG) Brasil, empresa do setor de energias renováveis, que atua na geração de energia a partir da implantação de usinas hidrelétricas, usinas eólicas e fotovoltaicas, adquiriu o empreendimento UHE Garibaldi, e assumiu os passivos ambientais provenientes da instalação do mesmo. Antes de 2021, foram realizados projetos arquitetônicos e de engenharia para implantação do espaço, nos padrões exigidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), principalmente no que se refere à Reserva Técnica e Laboratório de Arqueologia. Mas somente em 2021, após conclusão das obras de engenharia, a equipe técnica foi contratada para iniciar a montagem dos espaços.

2 - Da Infraestrutura à Institucionalização

O Centro Arqueológico é composto por 6 espaços principais, sendo eles: Recepção, Laboratório de Arqueologia, Reserva Técnica, Museu, Sala de Extroversão e Sala de Educação Patrimonial e Ambiental. A seguir será detalhada a proposta de cada um destes locais.

A Recepção consiste no local de entrada da equipe técnica do Centro Arqueológico, bem como dos visitantes do espaço. A recepção dá acesso ao Laboratório de Arqueologia, Sala de Extroversão e a Reserva Técnica. Neste local são recebidas correspondências, materiais

Figura 1: Da esquerda para direita, recepção e sala de educação patrimonial e ambiental.



Fonte: Comunicação UNOESC, (2022).

de escritório e os acervos arqueológicos, que posteriormente são encaminhados para o Laboratório de Arqueologia para conferência e depois para a Reserva Técnica.

A Sala de Educação Patrimonial e Ambiental corresponde a um espaço pedagógico de difusão do conhecimento arqueológico, histórico, cultural, museológico e ambiental. Neste local são desenvolvidas atividades com grupos acadêmicos e escolares do município e região. São desenvolvidas atividades educativas como oficinas, eventos, cursos, palestras e outros.

A Sala de Extroversão consiste no local onde a equipe técnica realiza reuniões, ou utiliza como escritório, em momentos em que não estão sendo analisadas coleções arqueológicas.

O Laboratório de Arqueologia consiste no espaço de curadoria e análise do acervo arqueológico da Reserva Técnica. Atualmente a equipe técnica está trabalhando na digitalização do acervo, que tem como objetivo a criação de um banco de dados que ficará disponível para o público externo através do *Software Pergamum*.

Figura 2: Laboratório de Arqueologia do Centro Arqueológico.



Fotos: Comunicação UNOESC, (2022).

A Reserva Técnica do Centro Arqueológico consiste no local onde são acondicionados os bens culturais móveis provenientes de endossos institucionais emitidos para pesquisas arqueológicas associadas a Arqueologia Preventiva. Um dos primeiros desafios encontrados durante o início dos trabalhos técnicos consistiu na identificação de acervos arqueológicos recebidos pela universidade, antes de qualquer projeto de criação do Centro Arqueológico. Ou seja, desde aproximadamente o ano de 2006, a universidade concedia endossos, porém além de não haver profissionais da Arqueologia envolvidos com o acervo, a instituição nunca havia passado pelo processo de fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Esse aspecto dos desafios será retomado no decorrer do artigo.

O acervo arqueológico do espaço é composto por tipologia mista com presença de líticos, cerâmicas, louças, vidros, metais, tecido, ossos, sedimento, carvão, sementes e não identificados. Visando manter a integridade do acervo, a temperatura do ambiente é controlada com

sistema de climatização artificial de forma ininterrupta, através de ar condicionado com temperatura de 22°C e desumidificador de ar entre 50% e 60%.

Figura 3: Da esquerda para direita, reserva técnica em 2021 e reserva técnica em 2023.



Fonte: Autora, (2021-2022).

Além dos espaços citados, o Centro Arqueológico conta com um Museu, que tem como temática central a Arqueologia. A Lei n.º 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências, expõe, em seu art. 1º, o que são considerados museus e quais as propostas dos mesmos:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, 2009).

Ao longo do tempo, os museus, enquanto instituições dedicadas à preservação da memória, passaram por transformações adotando uma abordagem mais participativa e dialógica em relação às questões da sociedade. As instituições museológicas evidenciam que não são meros espaços de guarda de coleções, mas sim desempenham um papel ativo a serviço da sociedade e de suas problemáticas.

Dessa forma, o Museu Arqueológico da UNOESC foi projetado através do viés cultural, social, e também por suas dimensões educacionais e ambientais. No aspecto cultural, o museu aborda os vestígios materiais, ou seja, seu acervo arqueológico; no social, dedica-se à pesquisa e comunicação das coleções salvaguardadas, a diferentes públicos. Além disso, assume um papel educacional interdisciplinar, incorporando compromissos ambientais e patrimoniais.

Figura 4: Da esquerda para direita, material expográfico do Museu e acervo dos grupos ceramistas da região.



Fotos: Comunicação UNOESC, (2022).

O Museu foi inaugurado em 06 de maio de 2022, porém sua criação foi oficializada em 01 de julho de 2022, com a publicação da Portaria n.º 101/UNOESC-R/2022, que cria oficialmente o Centro Arqueológico da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). Juntamente com a Reserva Técnica e o Laboratório de Arqueologia, a missão do Museu consiste em:

[...] promover a mobilização coletiva para a guarda e valorização do patrimônio arqueológico e ambiental local e regional do Oeste Catarinense, por meio da salvaguarda, divulgação do seu acervo, de ações educativas, do desenvolvimento de pesquisas e da construção de conhecimentos (Resolução n.º 29/CONSUN/2022).

Durante o ano de 2021, foram planejadas as duas exposições presentes no Museu, a de longa duração e a de curta duração. A exposição de longa duração intitulada de “Vestígios da nossa história: olhares para o patrimônio arqueológico do meio-oeste catarinense” visa contar a história dos grupos caçadores coletores, ceramistas horticultores, e do período histórico através dos vestígios materiais resgatados em sítios arqueológicos na região, que seriam impactados negativamente pela instalação de empreendimentos, principalmente do setor energético. A primeira exposição, de curta duração e temporária, foi construída com a parceria do Curso de Ciências Biológicas, devido a este ser o principal apoiador do Centro Arqueológico, desde o momento de seu funcionamento. Sendo assim, a exposição conta com animais taxidermizados da região.

O processo de institucionalização do Centro Arqueológico consistiu na elaboração de diversos documentos desde 2021 até o presente momento, sendo eles: Dossiê, Política de Gestão de Acervos, Procedimento Operacional Padrão (POP), Minuta da Portaria de Criação do Museu, Regimento Interno, Protocolo de Utilização da Reserva Técnica, Protocolo de Entrega de Acervos Arqueológicos e Plano Museológico.

Figura 5: Da esquerda para a direita, primeira exposição do museu em 2022 e exposição atual em 2023.



Fotos: Autora, (2022-2023).

3 - O Caso da Reserva Técnica

Conforme mencionado anteriormente, a Universidade, através do Curso de História, emitia endossos institucionais desde o ano de 2006. Foram necessários cerca de 12 meses para completarmos o mapeamento de todos os endossos institucionais emitidos pela Universidade, além de 24 meses para identificarmos todos os processos que geraram acervos arqueológicos ou não. Neste aspecto, um dos principais limitantes para a realização deste inventário consistiu na falta de documentos referente aos acervos disponíveis na instituição. Essa situação possivelmente está associada à falta de regulamentação e controle para a entrega dos acervos arqueológicos no período de 2006 até 2020. Além disso, muitos processos, por serem antigos, não estão disponíveis no Sistema Eletrônico de Informação (SEI) do IPHAN. Sendo assim, mesmo tendo acesso ao número do processo do empreendimento, as consultas na plataforma nem sempre nos trouxeram as informações necessárias.

Após a conclusão do levantamento, foi possível visualizarmos graficamente o quantitativo de endossos emitidos anualmente e as variações nessas emissões. Conforme o Gráfico 1, os anos com maior emissão de endossos foram 2008, 2009, 2020 e 2022, estes alcançaram de 10 a 12 cartas emitidas. Já os anos com menor emissão de cartas referem-se ao período de 2012 até 2018, que variou entre 1, 3 e 4 cartas por ano.

Além disso, devido à falta de rigor para o recebimento das coleções arqueológicas, muitos acervos foram recebidos sem passar pelo processo de curadoria, ou com o tombamento e armazenamento do acervo realizado de forma inadequada. Um exemplo dessas situações pode ser conferido na Figura 6 a seguir, onde, nas duas imagens, o processo de tombamento das peças foi realizado de forma inadequada. Na imagem da esquerda, a peça foi tombada com caneta permanente preta, e na imagem da direita, os fragmentos cerâmicos foram tombados com uma camada de corretivo, e

posteriormente a numeração foi gravada com caneta esferográfica.

Gráfico 1: Endossos institucionais emitidos pelo Laboratório de Arqueologia no período de 2006-2023.

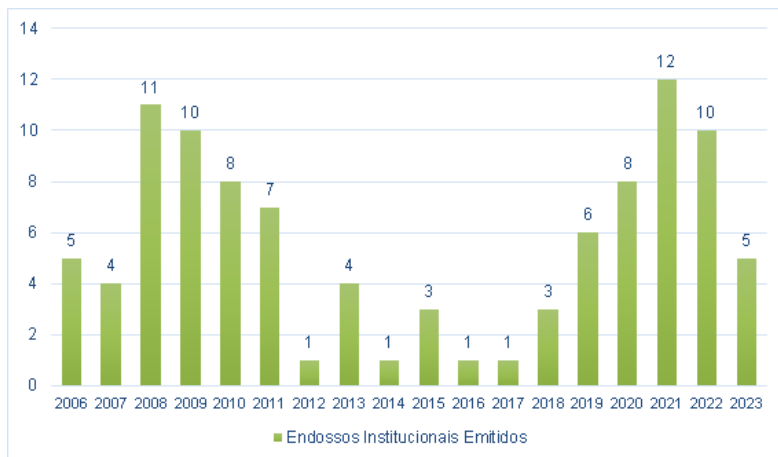
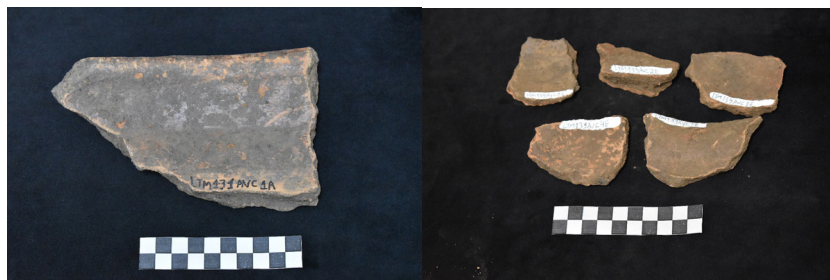


Figura 6: Da esquerda para direita, cerâmica tombada com caneta permanente e cerâmicas tombadas com corretivo e caneta esferográfica.



Fotos: Autora (2022).

Mesmo que não exista uma legislação específica sobre os procedimentos de curadoria arqueológica, existem inúmeras bibliografias que abordam sobre estes procedimentos. De acordo com Marjori Dias (2018), depois que os acervos são higienizados, as peças são marcadas com o seu número de catálogo, de acordo com o inventário e documentação da coleção, podendo ou não ser utilizada uma camada de verniz para proteção e impermeabilização da tinta, porém é importante ter em mente que o verniz pode causar alterações nas características dos materiais arqueológicos. A recomendação de pigmento a ser utilizado nos acervos consiste na tinta nanquim de

coloração preta para objetos claros e coloração branca para objetos escuros.

Apesar do corpo técnico do Centro Arqueológico ser composto por profissionais de diversas disciplinas, a equipe é restrita. Atualmente, em 2023, o quadro técnico consiste em um coordenador com formação em História, uma técnica especializada em Arqueologia, outra em Museologia e dois estagiários do curso de Ciências Biológicas. De acordo com as normas dos contratos de estágio, cada estagiário tem um período máximo de dois anos de atuação no Centro Arqueológico. Embora isso proporcione a oportunidade para mais estudantes realizarem estágios no local, e conhecerem essa área. A desvantagem é que, quando os acadêmicos estão familiarizados com o trabalho, o ciclo de sua atuação no espaço chega ao fim.

4 - O Tripé: Ensino, Pesquisa e Extensão

O Centro Arqueológico se tornou um espaço de ensino, pesquisa e extensão reconhecido no município e região. Desde o ano de 2021 até o presente, 7 estudantes do curso de Ciências Biológicas da Universidade do Oeste de Santa Catarina, campus Joaçaba, completaram estágios supervisionados, tanto obrigatórios quanto não obrigatórios, nas instalações do Centro. Os trabalhos foram conduzidos tanto no Laboratório de Arqueologia, Reserva Técnica, como no Museu Arqueológico. A apresentação de relatório técnico não é exigida para os estágios não obrigatórios, em vez disso, são registrados feedbacks no portal de ensino do aluno. Já nos estágios obrigatórios, os acadêmicos entregam o Relatório de Estágio Supervisionado.

De 2021 a 2023, duas acadêmicas realizaram seus estágios obrigatórios, e um dos acadêmicos, que realizou estágio não obrigatório nos anos de 2021 a 2022, realizou seu Trabalho de Conclusão de Curso no Laboratório de Arqueologia, que foi concluído no ano de 2023.

Neste período, três trabalhos foram apresentados e tiveram seus resumos publicados em anais de eventos e congressos acadêmicos, como a Jornada Integrada em Biologia, em dois anos consecutivos e o Encontro Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). Um relato de experiência foi apresentado no Encontro de Gestores de Acervos Arqueológicos do Centro de Memória do Oeste Santa Catarina (CEOM).

Além destas produções acadêmicas relacionadas ao ensino e pesquisa, o Centro Arqueológico também desempenha um papel importante na extensão. As ações que são realizadas nesta área consistem em visitas guiadas ao Museu Arqueológico, Palestras na Sala de Educação Patrimonial e Ambiental, além de encontros online que reúnem não só discentes, docentes e técnicos da universidade, mas também o público externo.

Tabela 1: Produções Acadêmicas desenvolvidas de 2021-2023.

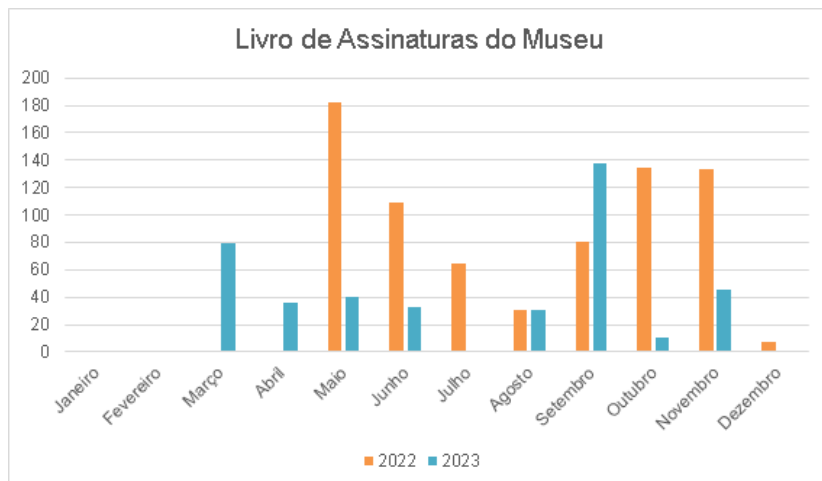
Relatório de Estágio Supervisionado
MARCANSONI, Julia Schulka. Centro Arqueológico da Universidade do Oeste de Santa Catarina. Relatório de Estágio Supervisionado. 2023.
RODRIGUES, Beatriz. Meio Ambiente e Diversidade. Relatório de Estágio Supervisionado. 2023.
Trabalho de Conclusão de Curso
MORAIS, David Fernandes Nascimento. Preservação e Conservação: A curadoria de acervos científicos. Trabalho de Conclusão de Curso, Ciências Biológicas. 2023.
Apresentação e Resumos Publicados em Anais de Eventos e Congressos
LOPES, M. F.; SANTOS, E.; MORAIS, D. F. N. DAGOSTINI, F. M. Processo de curadoria realizado em artefatos arqueológicos no Laboratório do Centro Arqueológico da UNOESC. In: VIII Jornada Integrada em Biologia, 2021. Joaçaba: Editora UNOESC, 2021, v. 1, p. 58-58.
MORAIS, D. F. N.; PEROSA, A.; DAGOSTINI, F. M.; FERREIRA, S. D. C; SANTOS, E.; LOPES, M. F.; COELHO, J. P. Arqueologia Histórica e Multidisciplinaridade. In: IX Jornada Integrada em Biologia, 2022. Joaçaba: Editora UNOESC, 2022, v. 1 p. 21-21.
LOPES, M. F.; DAGOSTINI, F. M.; MORAIS, D. F. N.; SANTOS, E.; PEROSA A.; COELHO, J. P. Curadoria do Acervo do Centro Arqueológico da UNOESC. In: Arqueologia do Sul: Diálogos Científicos em Tempos de Crise – XII Encontro da SAB Sul e IV JAAG, 2023. Chapecó. Encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Jornada de Atualização em Arqueologia Guarani. Lajeado, RS: Ed. Dos Autores, 2023, v. 1, p. 159-159.
Apresentação de Trabalho
LOPES, Marina da Fonseca. Isto não é um depósito: um relato de experiência na gestão de acervos do Centro Arqueológico da UNOESC. In: Encontro de Gestores de Acervos Arqueológicos, CEOM – UNOCHAPECÓ, 2022.

Atualmente, a visitação ao Museu Arqueológico, com mediação da equipe técnica do Centro, é agendada previamente através do preenchimento de um formulário que solicita informações específicas do grupo que planeja visitar o local. Essas informações incluem data desejada, horário, nome da instituição, ano do grupo (se escolar/acadêmico), professor responsável (se escolar/acadêmico).

De 03/2023 até 11/2023 foram realizadas 8 mediações no Museu

Arqueológico, sendo 7 grupos escolares e 1 grupo acadêmico do curso de Pedagogia. No presente momento não possuímos estes dados quantitativos para o ano de 2022, no entanto realizamos uma análise quantitativa do livro de visitas do Museu. Conforme o ilustrado no Gráfico 2, destaca-se que maio de 2022, o mês de inauguração, registrou o maior número de visitantes. Ainda no ano de 2022, os meses que tiveram mais de 100 assinaturas foram junho, outubro e novembro. Já para o ano de 2023, somente o mês de setembro atingiu mais de 100 visitantes. Através do gráfico, conseguimos visualizar também os meses em que tiveram menor número de visitantes. Para o ano de 2022 registramos o mês de dezembro com 7 pessoas, no ano de 2023, os meses de fevereiro e julho com 1 pessoa e outubro com 11.

Gráfico 2: Levantamento quantitativo de visitas no Museu, período 2022 - 2023.



Como mencionado anteriormente, o Laboratório de Arqueologia do Centro Arqueológico da UNOESC promoveu eventos *online* durante o período de 2021 a 2023, estes foram ofertados tanto para o público da universidade como para o público externo. Todos os encontros promovidos foram gratuitos e com certificação para aqueles que realizassem a inscrição através do portal da universidade. Ao longo destes anos foram organizados 1 webinar, 5 palestras e 1 minicurso, conforme apresentado na Tabela 2. Todas as atividades foram gravadas e disponibilizadas no Canal do *Youtube* do Centro Arqueológico.

Tabela 2: Encontros organizados pelo Laboratório de Arqueologia do Centro Arqueológico.

2021
I Webinário do Centro Arqueológico da UNOESC
História das pesquisas arqueológicas no alto rio Uruguai – Mirian Carbonera (CEOM – UNOCHAPECÓ)
Perspectivas da Curadoria Arqueológica – Daiane Pereira (NUPArq/IEPA)
Experiências no IPHAN-SC em torno da Gestão de Acervos Arqueológicos – Isabela da Silva Müller (IPHAN-SC)
Educação e Patrimônio: As atividades desenvolvidas no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – Aline Bertoncello (CEOM – UNOCHAPECÓ)
Cadê a Biologia que estava aqui? Uma abordagem Arqueobotânica – Cláudia Giongo (UFFS)
Antropologia biológica e Bioarqueologia: definições, práticas e reflexões – Danilo Viscensotto Bernardo (FURG)
Palestras
Introdução a Tipologia Lítica – Haruan Straioto(MAE-USP)
Biologia e Cerâmica: como a Arqueologia une esses dois universos? – Ingrid Guimarães Cornaquina (UFRJ)
Práticas Funerárias nos Contextos Arqueológicos em Santa Catarina – Luiz Phellipe Silva de Lima (UFRJ)
2022
Palestras
Escavações Arqueológicas em São José do Cerrito e a Arqueologia das Terras Altas do Centro-Sul Catarinense – Marlon Borges Pestana (FURG)
2023
Palestras
Introdução a Arqueologia e Antropologia Forense – Thaís Damasceno Assunção (FURG)
Minicurso
Atuação dos Biólogos na Arqueologia – Jessica Ferreira (UFRJ)

No ano de 2022, através da aprovação de projeto em edital de incentivo da CTG Brasil, o Laboratório de Arqueologia do Centro Arqueológico desenvolveu o projeto de extensão Formação de Servidores/as e Educadores/as: Educação Ambiental e Educação Patrimonial como estratégia de aplicação. O público alvo consistiu nas Secretarias de Educação e Cultura dos municípios de abrangência do empreendimento UHE Garibaldi, ou seja, Abdon Batista, Cerro Negro, Campo Belo do Sul, São José do Cerrito e Vargem (SC). O projeto durou cerca de 6 meses e foi realizado através de 4 módulos, 2 palestras e entrega de relatório final. Por meio deste projeto, foi possível comunicar o acervo que está disponível no Centro Arqueológico com a comunidade dos municípios de origem dos sítios arqueológicos, além de capacitar 37 servidores da rede pública de ensino.

Algumas considerações

Diante do exposto no decorrer deste artigo, como parte das reservas técnicas, laboratórios, museus e instituições envolvidas com a preservação, proteção e comunicação de acervos arqueológicos do país, o Centro Arqueológico da UNOESC também enfrenta desafios.

Uma das dificuldades identificadas pela equipe técnica do espaço consiste no processo de recatologação/tombamento dos acervos arqueológicos que estavam na Universidade, antes da institucionalização da Reserva Técnica e do Centro Arqueológico. "Sabendo que a preservação dos acervos arqueológicos envolve uma série de procedimentos – e que estes devem ser iniciados desde a idealização do trabalho de campo até os métodos de conservação" (SANTOS, et al. 2020, p. 347) constatamos nestes acervos metodologias de registro que prejudicam a preservação e integridade das peças. Apesar das peças já estarem sendo inventariadas e já terem sido reacondicionadas em embalagens e caixas adequadas, a recatologação deverá ser feita. Esse processo é desafiador devido a escassez de recursos para contratação de mais corpo técnico para atuar na instituição.

Acredita-se que, para os próximos anos, precisam ser planejadas novas estratégias para extroversão e comunicação do acervo arqueológico presente na Reserva Técnica e no Museu, visando sempre uma atualização continua do espaço. Isso poderá ocorrer através do incentivo de Instituições internas ou externas da universidade, no sentido de propor exposições temporárias no Museu, que dialoguem com a temática do mesmo, além da atualização da expografia do Museu e a organização de uma coleção didática específica para exposições itinerantes. Para o Laboratório, prevemos a criação de coleções de referência, principalmente de zooarqueologia, além da continuidade do trabalho que já vem sendo realizado de digitalização do acervo.

Por fim e não menos importante, após o período de manutenção da instituição por parte da empresa do setor privado, novas

preocupações surgirão no quesito da manutenção, preservação, proteção e comunicação do acervo arqueológico presente na instituição.

Referências

BRASIL. Lei n. ° 11.904. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, DF. Diário Oficial da União, 15 de janeiro de 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11904.htm Acesso: 24 nov. 2023.

DIAS, Marjori Pacheco. Curadoria e Conservação Arqueológica no Rio Grande do Sul: um levantamento dos métodos. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Inerunidades em Museologia da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-25092018155136/publico/marjori pachecodias corrigida.pdf> Acesso: 20 nov. 2023.

LOPES, M. F.; DAGOSTINI, F. M.; MORAIS, D. F. N.; SANTOS, E.; PEROSA A.; COELHO, J. P. Curadoria do Acervo do Centro Arqueológico da UNOESC. In: **Arqueologia do Sul: Diálogos Científicos em Tempos de Crise** – XII Encontro da SAB Sul e IV JAAG, 2023. Chapecó. Encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Jornada de Atualização em Arqueologia Guarani. Lajeado, RS: Ed. Dos Autores, 2023, v. 1, p. 159-159.

LOPES, M. F.; SANTOS, E.; MORAIS, D. F. N. DAGOSTINI, F. M. Processo de curadoria realizado em artefatos arqueológicos no Laboratório do Centro Arqueológico da UNOESC. In: **VIII Jornada Integrada em Biologia, 2021**. Joaçaba: Editora UNOESC, 2021, v. 1, p. 58-58.

LOPES, Marina da Fonseca. Isto não é um depósito: um relato de experiência na gestão de acervos do Centro Arqueológico da UNOESC. In: **Encontro de Gestores de Acervos Arqueológicos, CEOM – UNOCHAPECÓ**, 2022.

MARCANSONI, Julia Schulka. **Centro Arqueológico da Universidade do Oeste de Santa Catarina**. Relatório de Estágio Supervisionado. 2023.

MORAIS, D. F. N.; PEROSA, A.; DAGOSTINI, F. M.; FERREIRA, S. D. C.; SANTOS, E.; LOPES, M. F.; COELHO, J. P. Arqueologia Histórica e Multidisciplinaridade. In: **IX Jornada Integrada em Biologia**, 2022. Joaçaba: Editora UNOESC, 2022, v. 1 p. 21-21.

RODRIGUES, Beatriz. **Meio Ambiente e Diversidade**. Relatório de Estágio Supervisionado. 2023.

SANTOS, André Luiz Campelo et al. NUVIS-UFPE: Uma proposta inovadora de extroversão da Reserva Técnica Associada ao Laboratório LACOR-UFPE. **Revista de Arqueologia**, Vol. 33, n. ° 3, Edição Especial: Gestão de Acervos Arqueológicos, 2020.

Submissões

Diretrizes para Autores

A **Moitará** – Revista Eletrônica da Fundação Araporã destina-se à publicação de estudos e trabalhos inéditos oriundos das áreas de Antropologia, Arqueologia, Educação, História e Linguística, resultantes de pesquisas e práticas educativas que apresentem consistente abordagem teórico-metodológica relacionada à pesquisa teórica ou empírica, ensino e/ou extensão, contemplando resultados relevantes.

Trata-se uma publicação anual da Fundação Araporã e em cada edição será contemplada, exclusivamente, os eixos temáticos que se apoiam no diálogo interdisciplinar e intercultural relacionados às questões voltadas aos povos indígenas – cultura, diversidade, cosmologia, territorialidades, educação, direitos, memória, identidade -, ao patrimônio cultural, arqueológico e ambiental.

A Revista também recebe contribuições em forma de resenhas de livros lançados no período de até dois anos para publicações nacionais, e de até três anos para as internacionais, tendo por base a chamada da edição, além de entrevistas com pesquisadores, educadores e lideranças indígenas que possuam trabalhos relevantes nas temáticas propostas.

A pertinência da publicação será avaliada pelo Conselho Editorial e pareceristas ad hoc, considerando a adequação ao perfil da Revista e/ou da edição temática, o conteúdo e a qualidade das contribuições.

O trabalho deve ser enviado em formato doc, docx ou rtf e caso haja imagens, solicita-se que elas sejam inseridas no próprio texto, devidamente legendadas e creditadas segundo as normas da ABNT. É necessário que o autor que fizer uso de imagens em seu texto possua prévia autorização para a sua reprodução.

Todos os textos publicados implicam na autorização do autor e de que sua produção seja regida pela licença de distribuição Creative Commons CC BY-NC-ND 3.0 BR (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/>).

O artigo deverá apresentar as especificações de formatação indicadas a seguir:

1. De 12 a 20 páginas. As notas indicativas deverão ser de fim da página. As referências deverão vir no fim do texto;
2. Papel tamanho A4;
3. Programa Word for Windows (versão 2003 – modo de compatibilidade);
4. Fonte Arial; tamanho 12; espaçamento 1,5; margens: superior e

inferior 2,5; esquerda e direita 3,0; alinhamento justificado;

5. Título em maiúsculo, centralizado e em negrito;

6. Nome do(s) autor(es) alinhado à direita depois de uma linha de espaço do título;

7. Vinculação institucional, logo abaixo do(s) nomes(s) do(s) autor(es),

também alinhado à direita;

8. Endereço eletrônico logo abaixo da vinculação institucional;

9. Depois de uma linha de espaço, o resumo do trabalho: **a)**

O resumo deve conter até 15 (quinze) linhas;

b) Fonte Arial; tamanho 12, espaçamento simples;

c) Parágrafo único; sem bibliografia; sem notas; em margem; sem figuras (apenas texto);

d) Depois de uma linha de espaço, deve-se acrescentar três palavras-chave.

10. Abstract: com máximo de 15 (quinze) linhas; em margem; fonte Arial, tamanho 12; espaçamento simples; sem margem. Depois de uma linha de espaço: keywords.

11. Depois de duas linhas de espaço, o texto completo do trabalho;

12. As citações de até três linhas devem constar entre aspas, no corpo do texto, com o mesmo tipo e tamanho de fonte do texto normal. As referências devem indicar entre parênteses nome do autor em letras maiúsculas, ano de publicação e páginas;

13. As citações a partir de quatro linhas devem ser em Arial 11, com recuo esquerdo de 4 cm, espaçamento simples.

As referências devem constar no corpo do texto, entre parênteses;

14. O uso de notas de rodapé deve ter apenas o caráter explicativo/complementar. Devem ser numeradas em algarismos arábicos sequenciais (Ex. 1, 2, 3 etc.) na fonte Arial 10 e espaçamento simples;

15. Depois de duas linhas de espaço, ao final do texto, as referências bibliográficas devem ser apresentadas de acordo com as normas da ABNT, dispostas em ordem alfabética por autor;

16. Os textos poderão apresentar imagens, ilustrações e/ou gráficos desde que apresentem as fontes e informações exigidas pela legislação em vigor no país;

17. As páginas não devem ser numeradas;

18. Os textos deverão ser elaborados em português. Caso apresente problemas textuais ou gramaticais, apontados pelos pareceristas, o mesmo será devolvido para as devidas correções sob a responsabilidade do(s) autor(es), estipulando prazo para devolução do mesmo.

19. O editor-chefe encaminhará notificação aos autores informando sobre a aprovação ou não do texto para publicação. Junto à notificação será enviada cópia do conteúdo do parecer, sem

identificação do parecerista;

20. Caso o autor não promova as alterações sugeridas, em se tratando apenas de mera irregularidade (erros ortográficos, formatação etc.), a Revista poderá promover de ofício as modificações necessárias;

21. Não se tratando de meras irregularidades, o não atendimento pelo autor das solicitações de ajustes ou modificações, ou em caso de plágio ou descumprimento da presente norma, haverá exclusão do trabalho, comunicando-se via e-mail;

22. Os textos deverão ser enviados exclusivamente para o e-mail: revistamoitara@gmail.com. O editor-chefe encaminhará os artigos para o Conselho Editorial, sem identificação do(s) autor(es), para dois pareceristas cujos nomes serão mantidos em sigilo. Em caso de divergências nos pareceres, o texto será enviado a um terceiro consultor;

23. Nos casos em que o pareceristas sugerirem ajustes ou correções nos trabalhos enviados, os autores devem proceder aos referidos ajustes dentro do prazo de 15 dias para que sejam enviados para nova análise formal;

24. Conceitos, afirmações e ideias contidas no texto serão de inteira responsabilidade do(s) autor(es);

25. Resenhas, resumos, entrevistas e outros textos não serão submetidos ao sistema de pareceres. A publicação de tais matérias será decidida pela Comissão editorial Executiva;

26. Um mesmo autor não poderá ter mais de 1 (um) artigo científico publicado no mesmo exercício. Não serão computados neste limite as resenhas e resumos.

Declaração de Direito Autoral

Ao realizar a submissão do texto o(s) autor(es) está(ão) concordando automaticamente com a publicação do mesmo, caso obtenha pareceres positivos dos avaliadores. Dessa forma, com a publicação o(s) autor(es) estará(ão) automaticamente cedendo os direitos autorais do texto para a Moitará – Revista Eletrônica da Fundação Araporã.

Os autores somente poderão publicar o mesmo texto em outras obras, veículos e/ou periódicos mediante autorização formal da Comissão Editorial da revista.

Tal procedimento faz-se necessário porque a Moitará tem o compromisso de publicar apenas textos originais.

Tendo em vista as normas do trabalho científico, a autoria do trabalho deve ser restrita àqueles que fizeram uma contribuição significativa para a concepção, projeto, execução ou interpretação do estudo relatado. No caso de vários autores, o autor principal deve garantir que todos os coautores estejam incluídos no artigo. O autor

principal também deve certificar-se que todos os coautores viram e aprovaram a versão final do manuscrito e que concordaram com sua submissão para publicação.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

